



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 026/027

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 31 DE MARÇO DE 2009

ANO XXXII

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo *Luiz Claudio Romanelli*
Líder da Oposição *Valdir Rossoni*
PMDB *Waldyr Pugliesi*
PSDB *Ademar Traiano*
Democratas *Plauto Miró*
PT *Elton Welter*
PP *Duílio Genari*
PDT *Luiz Carlos Martins*
PTB *Fábio Camargo*
Bloco PPS/PMN *Dr. Batista*
Bloco PSB/PR/PRB/PV *Reni Pereira*

Representação Partidária

PMDB - 17: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PR** - 02: Carlos Simões - Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIOS

DIÁRIO Nº 026

24ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva	
PresençasMesa Executiva	03
Presenças	03
Abertura da Sessão	04
Expediente:	
Indicações	04
Requerimentos	07
Projetos de Lei	13
Pequeno Expediente:	
Dep. Douglas Fabrício	16
Dep. Chico Noroeste.....	17
Dep. Tadeu Veneri.....	19
Dep. Péricles Mello.....	19
Dep. Antonio Belinati	21
Dep. Luciana Rafagnin	23
Grande Expediente:	
Dep. Elio Rusch	24
Dep. Luiz Eduardo Cheida.....	26
Horário das Lideranças:	
Liderança do PT	
Dep. Péricles de Mello	20
Liderança do PP	
Dep. Antonio Belinati	22
Liderança do Bloco PPS/PMN	
Dep. Felipe Lucas	27
Liderança do PMDB	
Dep. Waldyr Pugliesi	28
Liderança do DEM	
Dep. Plauto Guimarães	29
Liderança do PSDB	
Dep. Ademar Traiano.....	30

Liderança do Governo	
Luiz Claudio Romanelli.....	32

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente	34
Discussão/Votação	
Redação Final	34
3ª Discussão	34
2ª Discussão	35
Requerimentos	36

Encerramento da Sessão:37

Publicações:

Atas de Comissões	
Redação	37
Orçamento	41

DIÁRIO Nº 027

3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	43
Presenças.....	43
Abertura da Sessão	43
Ordem do Dia:	
Discussão/Votação	
Redação Final	43
3ª Discussão	51
2ª Discussão	51
1ª Discussão	51
Discussão Única (Proposição) ...	53
Encerramento da Sessão	54

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 026

24ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....03

Presenças.....03

Abertura da Sessão04

Expediente:

Indicações04

Requerimentos07

Projetos de Lei.....13

Pequeno Expediente:

Dep. Douglas Fabrício.....16

Dep. Chico Noroeste17

Dep. Tadeu Veneri19

Dep. Péricles Mello19

Dep. Antonio Belinati.....21

Dep. Luciana Rafagnin.....23

Grande Expediente:

Dep. Elio Rusch.....24

Dep. Luiz Eduardo Cheida26

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello.....20

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 22

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Felipe Lucas..... 27

Liderança do PMDB

Dep. Waldyr Pugliesi..... 28

Liderança do DEM

Dep. Plauto Guimarães..... 29

Liderança do PSDB

Dep. Ademar Traiano 30

Liderança do Governo

Luiz Claudio Romanelli 32

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 34

Discussão/Votação

Redação Final..... 34

3ª Discussão 34

2ª Discussão 35

Requerimentos..... 36

Encerramento da Sessão:..... 37

Publicações:

Atas de Comissões

Redação 37

Orçamento 41

DIÁRIO Nº 026

24ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 24ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
31 DE MARÇO DE 2009**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretário pelos Srs. Deputados Dr. Batista e Luiz Nishimori.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões,

Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (51).

Ausentes os Srs. Deputados: Caíto Quintana e Fábio Camargo (02).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Osmar Bertoldi (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações

INDICAÇÃO Nº 305/09

SÚMULA:

Sugere ao Secretário de Fazenda o parcelamento de multas de trânsito e de estadias de veículos retidos nos pátios do DETRAN/PR.

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, indica à Mesa seja oficiado ao Secretário de Estado da Fazenda, Heron Arzua, solicitando ao mesmo seja promovido parcelamento de multas de trânsito e de estadias de veículos em pátios do DETRAN/PR, possibilitando aos cidadãos que têm nos respectivos carros e motocicletas instrumento essencial ao trabalho e subsistência o pagamento das multas.

Trata-se de reivindicação da Câmara Municipal de Maringá, conforme ofício anexo e leva às autoridades competentes a situação de muitos cidadãos.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) CIDA BORGHETTI

INDICAÇÃO Nº 306/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria de Estado da Saúde que se torne obrigatório no Estado do Paraná a realização do exame de DNA para detecção da mutação responsável pela incidência do Tumor de Cortex Adrenal em crianças do Paraná.

O Deputado Pedro Ivo, no uso das suas atribuições regimentais, dirige-se respeitosamente ao Sr. Governador do Roberto Requião e ao Secretário de Estado da Saúde Sr. Gilberto Berguio Martin para solicitar o que segue:

1º - A obrigatoriedade da realização no Estado do Paraná do exame de DNA para detecção da mutação R337H no gene TP53 em todos os recém-nascidos no Estado.

- O referido exame será realizado gratuitamente pelo Estado.

- coleta de material necessário ao exame deverá ser disponibilizada em todos os Municípios do Paraná em maternidades ou unidades de saúde para facilitar o acesso de toda a população.

2º A obrigatoriedade de que trata o artigo anterior compreende as redes de Saúde Pública e privada.

3º - As crianças com a mutação deverão ser acompanhadas por pediatras ou médicos dos Municípios que deverão providenciar acompanhamentos com exames clínicos, consistindo em ecografia abdominal para análise das glândulas suprenais a cada seis meses e exames dos homônios DHEA-S e cortisol em jejum a cada quatro meses.

As consultas e exames de que trata o *caput* serão obrigatórios até completar quatro anos de idade e depois a cada 12 meses até completar 15 anos de idade.

4º - O Estado do Paraná promoverá através da Secretaria Estadual de Saúde campanhas de esclarecimento à população a respeito da doença e da importância do referido exame para sua prevenção e tratamento.

O Estado do Paraná disponibilizará informações sobre aconselhamento genético para os médicos indicados para as famílias com recém-nascidos positivo para mutação, visando orientá-los na comunicação com os adultos com relação a transmissão de informações que o adulto deverá ter com outros médicos da família no caso de futuras consultas para prevenção de câncer esperadas para população adulta depois de 35 anos de idade (mama, ginecológico, próstata e outros tipos).

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PEDRO IVO

JUSTIFICATIVA:

O tumor de córtex adrenal (TCA) geralmente é maligno em crianças e tem péssimos prognósticos quando é grande, invade grandes vasos ou já apresenta metástases. O TCA é raro em outros Países e Norte/Nordeste do Brasil, mas no Paraná (e provavelmente nos demais Estados do Sul do Brasil e São Paulo) a incidência é 15 vezes mais elevada. O diagnóstico geralmente é tardio e explica o fato de 50% das crianças do Paraná não sobreviverem com a melhor opção de tratamento (cirurgia associada com quimioterapia usando três drogas potentes) e mais um fármaco chamada mitotano. As estimativas apontam cerca de 10-15 novos casos por ano no Paraná acontecendo principalmente em crianças de zero a quatro anos. Este número é maior do que o número de casos para a doença chamada fenilcetonúria que causa retardo mental e é um dos testes obrigatórios no exame do pezinho. O fato mais alarmante é que o principal elemento na equação do TCA do Paraná é uma mutação sempre do mesmo tipo no gene que codifica a proteína que tem a função de proteger as células contra o câncer. Trata-se da mutação R337H no gene TP53.

As últimas 15 publicações do Dr. Ronald C. Figueiredo (do Instituto Pelé Pequeno Príncipe e CEGEMPAC-UFPR) e segundo resultados inéditos ainda não publicados sobre o projeto que ele coordena desde janeiro de 2006 com financiamento da SETI sobre triagem neonatal (teste de DNA para pesquisa da mutação R337H no gene TP53 da gota de sangue do pezinho dos recém-nascidos), com mais de 150 mil testes já realizados no Estado do Paraná, a melhor solução é realizar o teste e fazer o diagnóstico precoce por meio do acompanhamento ambulatorial, cujo protocolo é relativamente simples de ser feito em qualquer Município do Paraná. Apenas 4 - 5% dos recém-nascidos com esta mutação desenvolve o TCA e isto ocorre mais frequentemente antes de completar quatro anos de idade. Esta mutação é herdada de um dos pais que por sua vez herdaram dos avós e até o presente não foi encontrado uma criança com a mutação sem a mutação existir nos pais. O fato do TCA acontecer em pequeno número de crianças portadores da mutação é porque é preciso acontecer também outras falhas em outros genes e mudanças metabólicas (mudanças de pH e temperatura) nas glândulas suprarrenais entre o final da gestação e primeiros anos de vida.

Os resultados da campanha de mapeamento da mutação está sendo avaliado juntamente com aspectos genéticos e ambientais em sistema de geoprocessamento referenciado (Projeto Geomedicina). Os resultados encontrados até o presente são preocupantes: mais de 415 recém-nascidos com a mutação, dos quais seis já apresentaram o TCA, sendo que os que estavam em acompanhamento têm quase 100% de chance de cura porque foram cirurgicamente retirados ainda no início do câncer sem precisar de quimioterapia. Crianças com diagnóstico tardio (sem acompanhamento antes do diagnóstico) chegam a serem operadas até 10 vezes, e apesar da associação de

três agentes quimioterápicos juntamente com outra droga muito tóxica (chamada mitotano) o resultado do tratamento é muito baixo (apenas um em cada 10 crianças se salva), por isto a única alternativa é o diagnóstico precoce por meio do exame de DNA.

Diante da incidência elevada, da baixa sobrevida para este tipo de câncer e dos resultados preliminares da campanha de triagem neonatal financiada pela SETI, se faz necessário a obrigatoriedade do teste e a gratuidade a toda a população a fim de salvarmos inúmeras vidas, além de prevenir gastos públicos muito maiores com o tratamento quando a criança tem a infelicidade de apresentar um tumor já em estágio avançado.

INDICAÇÃO N° 307/09**SÚMULA:**

Propõe à Secretária de Estado da Educação, Yvelise Arco-Verde, a reforma e ampliação da cantina/refeitório da Escola Estadual Professor Leandro Manoel da Costa do Município de Piraí do Sul.

A Exma. Secretária de Estado da Educação Yvelise Arco-Verde:

O Deputado Péricles de Mello dirige-se a Sra. Secretária para reivindicar o seguinte:

1 - A reforma e ampliação da cantina/refeitório da Escola Estadual Professor Leandro Manoel da Costa do Município de Piraí do Sul.

2 - A indicação justifica-se pela urgência do Estado em atender uma necessidade que é básica para os alunos. Conforme relatado pela direção da escola, por meio do Ofício n° 021/09 enviado a esta Secretaria, o local onde os alunos fazem a refeição da merenda encontra-se em situação precária, necessitando passar por reforma completa da infraestrutura para abrigar os alunos com um maior conforto, disponibilizando mais cadeiras e mesas para todos.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PÉRICLES DE MELLO

INDICAÇÃO N° 308/09**SÚMULA:**

Propõe ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião e à Secretária de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de fornecimento de ônibus escolar ao Município de Mariluz, através do Plano de Transporte Escolar - PTE.

Senhor Presidente:

Em atendimento ao parágrafo 1° do artigo 127 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, vimos indicar ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná e à Secretaria de Estado da Educação que contemple a APAE do Município de Mariluz na liberação de ônibus escolar através do Plano de Transporte Escolar - PTE do Governo do Estado do Paraná.

O Município de Mariluz necessita de melhorias na sua frota de transporte escolar e não conta com recursos para tal. A aquisição deste ônibus escolar irá contribuir sobremaneira com a demanda do Município para o transporte com qualidade e segurança das crianças e adolescentes que precisam de atendimento educacional.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

INDICAÇÃO N° 309/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião e à Secretária de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de construção de uma quadra coberta no Colégio Estadual Princesa Izabel, no Município de Três Barras do Paraná.

Senhor Presidente:

Em atendimento ao parágrafo 1° do artigo 127 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, vimos indicar ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná e à Secretaria de Estado da Educação que contemple o Colégio Estadual Princesa Izabel - Ensino Fundamental, Médio e Normal, situado no Município de Três Barras do Paraná, jurisdicionado ao NRE - Cascavel, com a construção de mais uma quadra poli esportiva coberta.

O C.E. Princesa Izabel atende 1710 alunos distribuídos em 53 turmas nos períodos matutino, vespertino e noturno, além de oito salas de apoio e 12 turmas de estágio, resultando em um grande número de aulas de educação física no mesmo horário. Dada esta situação faz-se necessária a construção de mais uma quadra coberta para atender a demanda deste estabelecimento de ensino.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

INDICAÇÃO N° 310/09

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado do Paraná Sr. Roberto Requião e à Secretária de Estado da Educação do Paraná - SEED, atenção especial à necessidade de fornecimento de ônibus escolar à APAE do Município de Porecatu, através do Plano de Transporte Escolar - PTE.

Senhor Presidente:

Em atendimento ao parágrafo 1° do artigo 127 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, vimos indicar ao Exmo. Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná e à Secretaria de Estado da Educação que contemple a APAE do Município de Porecatu na liberação de ônibus escolar através do Plano de Transporte Escolar - PTE do Governo do Estado do Paraná.

O Município de Porecatu, assim como suas irmãs espalhadas por todo o território nacional, presta relevante serviço no atendimento educacional de crianças, jovens e adultos com deficiência, suprimindo em grande medida a ausência do Poder Público na execução de políticas públicas universalizadas nesta área. A APAE de Porecatu, mantenedora da Escola de Educação Especial Jorge Rudney Atalla Junior presta atendimento a 132 alunos com deficiência, em 19 programas nos períodos matutino e vespertino. A aquisição deste ônibus escolar para a APAE irá contribuir sobremaneira com a demanda do Município para o transporte com qualidade e segurança das crianças e adolescentes que precisam de atendimento educacional, em especial os alunos com deficiência.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

INDICAÇÃO N° 311/09

SÚMULA:

Sugere a aquisição de equipamentos odontológicos e medicamentos para implantação da assistência odontológica e atendimento a população de Mariluz.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a aquisição de equipamentos odontológicas e medicamentos para implantação da assistência odontológica e atendimento a população de Mariluz.

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população de Mariluz, assim com a aquisição destes equipamentos e instrumentais certamente possibilitará a reabilitação oral promovendo a saúde dos indivíduos em todos os seus aspectos.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO N° 312/09

SÚMULA:

Sugere a reforma da cobertura do Centro de Educação Infantil Cristo Rei, no Município de Sarandi.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a reforma da cobertura do Centro de Educação Infantil Cristo Rei, no Município de Sarandi;

II - a apresentação da presente indicação que objetiva a atender inúmeras solicitações da população de Sarandi, assim beneficiando toda a comunidade que frequentam a instituição oportunizando conforto e segurança para todos.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) DR. BATISTA

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1288

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após a Sessão Ordinária, com a diminuição do interstício.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) JONAS GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 1300

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, à Mesa Executiva da Assembleia Legislativa, que seja realizado o 1° Congresso Estadual da Comissão de Saúde, no dia 30 de abril do corrente ano, das 10h às 17h, no plenarinho.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(aa) NEY LEPREVOST, MARCELO RANGEL, RIBAS CARLI FILHO, DR. BATISTA, TERUO KATO, STEPHANES JÚNIOR E TADEU VENERI.

JUSTIFICATIVA:

Estaremos realizando este evento com o intuito de promover palestras e um amplo debate, ouvindo sugestões e problemas da saúde no Paraná, com o objetivo de traçar um diagnóstico e um programa de políticas públicas para melhoria da questão da saúde e atendimento à comunidade paranaense.

Serão convidadas para este evento representantes das entidades de saúde, secretarias municipais, Prefeitos, Vereadores, Secretaria de Estado da Saúde, Diretores das regionais de saúde, Ministro da Saúde, Senadores e Deputados Federais e demais autoridades do Governo do Estado, Tribunal de Contas.

REQUERIMENTO N° 1289

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, e com fundamento no artigo 120 do Regimento Interno desta Casa, REQUER, após ouvido o douto Plenário, anexação dos Projetos de Lei dos 095/01 e 099/09 ao 003/09, tendo em vista a analogia e similitude dos respectivos objetivos.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO N° 1236

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o arquivamento dos Projetos de Lei de n°s 110/09 e 111/09, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PEDRO IVO

REQUERIMENTO N° 1245

Senhor Presidente:

Solicitamos o uso do plenarinho da Assembleia Legislativa para a realização da Audiência Pública sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos da Região Metropolitana de Curitiba, no dia 06/05/09, às 9h.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) TADEU VENERI

REQUERIMENTO N° 1232

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve e no uso de suas atribuições regimentais e legais, REQUER, ao Presidente deste Legislativo, após ouvido o soberano Plenário, a liberação de grande expediente da Sessão Plenária do dia 2 de abril do corrente ano, para a Pró-Renal Brasil - Fundação de Amparo à Pesquisa em Enfermidades Renais e Metabólicas; Diretora Geral Anelise Marcolin.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

REQUERIMENTO N° 1246

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, como Presidente da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, REQUER, autorização da Mesa Executiva para que esta comissão represente o Poder Legislativo, entre os dias 13 e 14 de abril, no Município de Extrema, Estado de Minas Gerais, para verificar o projeto Conservador das Águas, sobre a experiência de recuperação e preservação de nascentes em áreas rurais. A legislação específica para tanto também será objeto de conhecimento e avaliação. Farão parte desta comitiva os Deputados membros da comissão: Luiz Eduardo Cheida, Rosane Ferreira, Luciana Rafagnin e Pedro Ivo.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) LUIZ EDUARDO CHEIDA

REQUERIMENTO N° 1291

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita que seja justificado o não comparecimento às Sessões no período de 30 de março a 21 de abril do corrente ano, devido viagem à Itália onde será feito visitas nos órgãos ambientais para acompanhar experiências relacionadas ao meio ambiente, sem ônus para o Poder Legislativo.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

REQUERIMENTO N° 1292

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita que seja justificado o não comparecimento às Sessões dos dias 17 e 18 de fevereiro de 2009, devido estar internado por motivos de saúde.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

REQUERIMENTO N° 1293

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, solicita que seja justificado o não comparecimento às Sessões dos dias 10 e 18 de março de 2009.

10 de março - Visita à órgãos municipais com Vereadores do interior.

18 de março - Visita a Prefeitura de São Paulo.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) OSMAR BERTOLDI

REQUERIMENTO N° 1247

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Railan Luiz Ferreira de Jesus, 7 meses, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1248

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ivone Rodrigues, 69 anos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1249

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Ernestina Bittencourt Marques, 77 anos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1250

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Luiz Fabricio de Oliveira, 5 anos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1251

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Augusto Scainhuka, 40 anos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1252

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Nilson Dias Monteiro, 62 anos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1253

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Lidia Samways, 71 anos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1254

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Maria de Oliveira, 61 anos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1255

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Kovalski, 83 anos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1256

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Lázaro Pinto Teixeira, 62 anos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1257

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Edielen Oliveira dos Santos, 10 dias, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1258

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Neuza Carneiro da Silva, 61 anos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1260

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Queiroz Gomes, 73 anos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1261

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Sandra Maria Mendes da Costa Siqueira, 46 anos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1262

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Marcio José Mendes, 31 anos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1266

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Antonio Dinis Filho, 83 anos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1267

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Durvalina Ribeiro Santos, 83 anos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1268

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Luiz Fernando Lacerda Pacheco, 21 anos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1269

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Iracema Ferreira, 59 anos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1270

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Pedro Sebastião, 64 anos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1271

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Pedro Sebastião Cordeiro, 14 anos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1272

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Horaci de Sousa Lara, 75 anos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO N° 1276

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o douto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Francisco de Lima, 77 anos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1277

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de João Freitas do Prado, 62 anos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1278

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria de Jesus Carvalho, 70 anos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1279

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Maria Natel de Oliveira, 74 anos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1280

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Tereza Maria Antonio da Silva, 63 anos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1281

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o duto Plenário, REQUER voto de pesar pelo falecimento de Anair Gonçalves Pontes, 79 anos, ocorrido na Cidade de Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PLAUTO MIRÓ

REQUERIMENTO Nº 1296

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido no último dia 29 de março, da Sra. Yaeko Tazima.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa seja dada ciência a família enlutada.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) DR. BATISTA

REQUERIMENTO Nº 1243

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, adiante firmado, facultado pelas suas prerrogativas regimentais, vem requerer ao Plenário dessa Casa Legislativa para que aprove o envio de efusivas congratulações e votos de profícua gestão ao novo Conselho Diretor e ao terço renovador do Conselho Deliberativo do Instituto de Engenharia do Paraná, cuja posse ocorreu na data de ontem. Ao tempo em que formula-se cumprimentos ao Conselho Diretor e ao Conselho Deliberativo anteriores pelo trabalho desenvolvido.

Caso aprovada a presente proposição, requer-se que dela seja dada ciência ao Instituto de Engenharia do Paraná, na pessoa do seu Presidente, Engenheiro Civil Jaime Sunye Neto.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 1233

Senhor Presidente:

O Deputado Stephanes Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, requer votos de louvor e congratulações à Rádio Ouro Verde FM Easy 105,5.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) STEPHANES JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Fundada em 15/03/84 a Rádio Ouro Verde FM tem sido agraciada entre outras honrarias com o Prêmio Colunistas de melhor emissora de FM de Curitiba, Prêmio melhores do Rádio, também como a melhor emissora da cidade, 01 disco de diamante, 02 discos de platina e 03 discos de ouro.

Parabenizo pela sua programação que além de musical, com uma seleção de temas que fazem dela uma rádio que é a cara do curitibano, exigente e de bom gosto, destacam-se ainda o informativo Ouro Verde Notícias e o boletim Ouro Verde Trânsito que mantém o ouvinte bem informado de hora em hora sobre os principais acontecimentos de Curitiba, Brasil e o mundo.

REQUERIMENTO Nº 1244

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, votos de louvor e Congratulações ao Sr. Valdeci Hatsumura.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Valdeci Hatsumura, proprietário da empresa Campestre Distribuidora de Produtos

Alimentícios Ltda., que foi fundada em 1990 com o objetivo de distribuir uma gama de produtos, de forma rápida, com alto controle de qualidade e muita tecnologia no anti e pós vendas, através de suas administração frente ao negócio, segue os mais modernos parâmetros de excelência na distribuição, atuando nos estados do Paraná e Santa Catarina, diante de sua capacidade administrativa, tornou-se também Diretor do Sindicato do Comércio Atacadista de Gêneros Alimentícios do Estado do Paraná - SINCA - PR, onde desenvolve um trabalho em prol da categoria, sempre buscando o desenvolvimento da classe, de sal empresa e do Estado do Paraná.

REQUERIMENTO Nº 1290

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio ao Exmo. Sr. Roberto Requião, DD. Governador do Estado do Paraná, e o Ilmo. Sr. Coronel Jorge Luiz Thais Martins, MD. Comandante do Corpo de Bombeiros do Estado, solicitando o aumento de efetivo e a urgente reativação da Unidade da Corporação no bairro Morumbi, do Município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O Posto do Corpo de Bombeiros que atendia o bairro Morumbi, em Foz do Iguaçu, onde funcionava há 15 anos com uma unidade do SIATE, cuja região possui cerca de 60 mil habitantes, foi lamentavelmente desativada diante da falta de efetivo, pois hoje, segundo o órgão, há necessidade de mais de 40 bombeiros para atender satisfatoriamente todo o Município.

Dessa forma, aquela população que dispunha de um atendimento rápido em casos de acidentes, hoje é atendida por outras unidades que demoram consideravelmente para prestar socorro as vítimas, e esse tempo é extremamente importante para uma pessoa acidentada, pois dele pode depender a sua vida.

Tal reivindicação é formulada pelo representante daquela comunidade, Vereador Edson Narizão, que tem acompanhado essa situação por que passam os moradores em situações emergenciais, e que através dele reivindicam a urgente reativação daquela unidade, bem como o aumento do efetivo.

REQUERIMENTO Nº 1229

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente às autoridades acima citadas, solicitando a realização de estudos sobre a viabilidade de aumento do efetivo das Polícias Militar e Civil na cidade de Maringá.

A Câmara Municipal de Vereadores de Maringá aprovou requerimento proposto pela Vereadora Marly

Martin Silva, solicitando que a exemplo do que foi feito em Londrina, seja revisto o número de policiais civis e militares na Cidade de Maringá, em razão do alto número de crimes que assolam aquela Cidade e região.

Além disso, requer também, a disponibilização de novos equipamentos e viaturas para o 4º Batalhão da Polícia Militar sediado em Maringá.

Existe uma preocupação muito grande da sociedade maringaense com a segurança da população.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1230

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente às autoridades acima citadas, solicitando a liberação de ambulância para ser utilizada pelo atendimento social em Iguaçu.

A Prefeitura Municipal de Iguaçu tem feito um atendimento social em número bastante grande, necessitando muitas vezes transportar pacientes para os Municípios da região e até para a Capital do Estado e não dispõe de uma ambulância em boas condições de uso com segurança.

Por essa razão a nossa solicitação do veículo ou de recursos para a compra de uma ambulância nova.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1231

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente às autoridades acima citadas, solicitando a liberação de viatura para a Polícia Militar de Iguaçu.

A Prefeitura Municipal de Iguaçu está preocupada com a segurança da população que tem sofrido com assaltos e outros crimes, sendo que no momento da perseguição a viatura não corresponde.

Por essa razão a nossa solicitação da liberação do veículo ou de recursos para a compra de uma viatura.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 1234

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Roberto Requião, Governador do Paraná e a Sra. Lygia Lumina Pupatto Secretária de Estado da Ciência Contábeis - no Município de São Mateus do Sul.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que é de suma importância para os estudantes do Município de São

Mateus do Sul, a instalação do Curso de Ciências Contábeis, uma vez que é gratuito sendo ministrado pela Universidade Estadual de Ponta Grossa a qual já possui extensão nesta Cidade.

Eis que fazemos este apelo para os estudantes daquele Município e região possam usufruir deste benefício.

REQUERIMENTO Nº 1282

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado e ao Secretário de Segurança Pública, solicitando com a máxima urgência a instalação de uma Companhia Independente da Polícia Militar no Município de Arapongas, conforme solicitação encaminhada pelo Vereador João Carlos Fávero - PRB.

Tal pedido prende-se ao fato do aumento considerável do número de homicídios, o aumento de furtos e roubos, o intenso tráfico de drogas na região, gerando com isto, uma insegurança entre a população da região.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1283

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Governador do Estado e a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, solicitando a extensão de um campus oriundo de um dos Centros Universitários do Estado do Paraná, para atender os acadêmicos no Município de Arapongas, conforme solicitação encaminhada pelo Vereador João Carlos Fávero - PRB.

Tal pedido prende-se ao fato de que inúmeros acadêmicos todos os dias dirigem-se a outras Cidades na busca da gratuidade no ensino superior, acarretando aumento de custos financeiro e outras dificuldades.

Requer ainda, seja dada ciência ao Prefeito Municipal e a Câmara de Vereadores do Município de Arapongas/PR.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 1298

Senhor Presidente:

O Deputado que ora subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Secretário de Segurança Pública do Estado do Paraná, Dr. Luiz Fernando Delazari, afim de solicitar informações quanto ao índice de criminalidade do Município de Curitiba, bem

como o elevado percentual desta, na Região Metropolitana de Curitiba de forma pormenorizada.

Tal solicitação faz-se necessária face a publicação de dados estatísticos em jornais de grande circulação, tal qual a Gazeta do Povo, que divulgou um aumento de 17% da criminalidade em homicídios dolosos, 14,5% nos casos de lesões corporais, o que indica um significativo crescimento da criminalidade nos diversos níveis de classe social, colocando Colombo em especial, como o Município mais violento da Região Metropolitana de Curitiba.

Disto isto, solicitamos informações detalhadas contidas na base de dados da SESP e não somente do IML, referente ao período de 2007, 2008 e janeiro à fevereiro de 2009, quanto ao número de Município de Curitiba, por região da RCM, destacando nesta, os 06 (seis) Municípios com maior índice de criminalidade em:

* Homicídios Dolosos;

* Homicídios Culposos;

* Dentre os homicídios questionados quantos deles foram consumados com arma branca? Arma de fogo? Em decorrência de lesões corporais? Decorrentes de acidentes de trânsito?

* Qual a quantidade de mortes em decorrência de ações policiais?

* Qual a quantidade de corpos encontrados em 2008 e que ainda não há identificação quanto ao tipo de ...

* Qual a quantidade de vítimas da criminalidade por homicídios dolosos, culposos e outras formas de agressão que vão a óbito após o devido atendimento em hospitais?

Por derradeiro, esperamos lograr êxito em referida solicitação, vez que é necessário entender as razões pelas quais a RMC encontra-se inserida num contexto negativo, no que diz respeito aos índices alarmantes da criminalidade na região.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) EDSON STRAPASSON

REQUERIMENTO Nº 1242

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, que seja enviado expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, solicitando os seguintes documentos e informações relativos ao total dos investimentos feitos nos anos de 2006, 2007, 2008 e 2009 em saúde, educação (ensino fundamental, médio e superior), transportes, segurança pública, obras públicas, agricultura e desenvolvimento urbano, nos seguintes Municípios.

- Cascavel, Foz do Iguaçu, Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) JOCELITO CANTO

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI N° 119/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica denominada Rodovia Gumercindo Boza a Rodovia Estadual PR-090, nos trechos que interligam o Município de Curitiba e a sede do Município de Campo Magro.

Art. 2° Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) EDSON STRAPASSON

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por escopo homenagear um dos mais antigos moradores da Cidade, que durante sua vida contribuiu para o crescimento e desenvolvimento da Cidade entrando para a história do Município.

Entre seus feitos que tiveram participação no desenvolvimento da Cidade, relaciona-se ao fato de ter sido um dos primeiros a utilizar a Estrada do Cerne, para transportar café entre os anos de 1950 e 1955, sendo portanto, um dos primeiros comerciantes do Município.

Casado com Aurora Andrade Boza, teve 07 (sete) filhos, sendo um deles adotivo, foi muito religioso, tendo importante papel na construção do Colégio Interno Divina Pastora, o qual servia de abrigo para as freiras que vinham de Curitiba para a realização de suas aulas.

Desenvolveu em sua comunidade trabalhos como: transportes de doentes para atendimento médico, teve o reconhecimento da população local ao ser eleito Vereador com 526 votos pelo partido da ARENA, quando Campo Magro ainda pertencia ao Município de Almirante Tamandaré, exercendo seu mandato no período de 1973 à 1976.

Frise-se que há época, o Vereador eleito efetuava um trabalho voluntário, inexistindo remuneração para a atividade desenvolvida.

Ao longo de sua vida, pela pessoa carismática e popular que foi, teve 395 afilhados, sendo uma pessoa admirada por seus feitos.

Gumercindo Boza, faleceu em 16/10/03, com a certeza de muito ter contribuído para o crescimento e desenvolvimento do Município de Campo Magro.

PROJETO DE LEI N° 120/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica o Governo do Estado do Paraná autorizado a doar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA/PR, áreas de terrenos rurais, com o intuito de criação de um Parque Municipal, que especifica:

- Lote de terreno rural sob n° 02 (dois), com área de 229.990 m2 (duzentos e vinte e nove mil, novecentos e noventa metros quadrados) situado no lugar denominado Palmital, Município de Paula Freitas, Estado do Paraná, pertencente ao Estado do Paraná S/A, representado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, matriculado sob o n° 18669 do 2° Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória/PR.

- Lote de terreno rural sob n° 02 (dois), situado na antiga Fazenda Palmital, Município de Paula Freitas, Estado do Paraná com área de 1.979.968 m2 (um milhão, novecentos e setenta e nove mil e novecentos e sessenta e oito metros quadrados), pertencente ao Estado do Paraná, representado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, matriculado sob n° 627 do 2° Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória/PR.

- Lote de terreno rural sob n° 04 (quatro), situado na antiga Fazenda Palmital, Município de Paula Freitas, Estado do Paraná com área de 326.700 m2 (trezentos e vinte e seis mil e setecentos metros quadrados), ou seja, 13,5 alqueires, pertencente ao Estado do Paraná, representado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, matriculado sob n° 628 do 2° Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória/PR.

- Lote de terreno rural sob n° 05 (dois), situado na antiga Fazenda Palmital, Município de Paula Freitas, Estado do Paraná com área de 435.600 m2 (quatrocentos e trinta e cinco mil e seiscentos metros quadrados), ou seja, 18 (dezoito) alqueires, pertencente ao Estado do Paraná, representado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, matriculado sob n° 629 do 2° Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória/PR.

- Dois lotes de terrenos rurais sob n° 04 (quatro) e 05 (cinco), com área total de 10 (dez) alqueires, ou seja, 242.000 m2 (duzentos e quarenta e dois mil metros quadrados) situado no lugar denominado Sinsserros ou Poço Preto, na Fazenda Palmital, Município de Paula Freitas, Estado do Paraná, pertencente ao Estado do Paraná, representado pela Agência de Fomento do Paraná S/A, matriculado sob n° 15477 do 2° Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de União da Vitória/PR.

Art. 2° O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA compromete-se a repassar em comodato parte da área de preferência a que possuir cobertura florestal em estágio mais avançado ao Município de Paula Freitas, o qual criará um parque ambiental e se responsabilizará por sua preservação. A quantidade da área a ser doada ao Município, bem como, a localização será definida entre as partes de comum acordo.

Art. 3° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(aa) PEDRO IVO
ALEXANDRE CURI
TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

A justificativa de tal projeto de lei se dá ao fato de que a área é ocupada pelo Movimento dos Transportes Rurais Sem Terra - MST.

Parte da área em que não há floresta seria feito um assentimento das famílias que lá estão. O restante da área que possui cobertura florestal seria averbado como área de reserva legal e a outra parte seria transformada em um parque ambiental o qual seria passado pelo INCRA ao Município de Paula Freitas.

PROJETO DE LEI N° 121/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica o Poder Executivo autorizado a conceder terapia em grupo para as mulheres com câncer de mama, nas unidades de saúde do Estado do Paraná.

Parágrafo Único. Para a consecução do disposto no *caput*, o Poder Executivo poderá firmar convênios com entidades sem fins lucrativos, cujo objeto social tenha por finalidade a assistência de pessoas com câncer.

Art. 2° As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 3° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31/03/09.
(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por escopo a proteção da saúde das mulheres que sofrem com o câncer de mama, visto que recentes pesquisas na área médica indicam que aquelas que participam de terapias em grupo, apresentam, após alguns anos, menos chance de morrer, além de diminuir o risco de reincidência da doença.

A terapia em grupo para as mulheres que tem ou tiveram câncer de mama se faz necessária, pois além de estarem doentes, na maioria dos casos, as mulheres sofrem com a mastectomia, que, evidentemente afeta sua vaidade e seu psicológico.

Sendo assim contamos com a apoio dos nobres Pares para aprovação da presente proposição.

PROJETO DE LEI N° 122/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica estabelecido a implantação do Programa Estadual de Vacinação contra o HPV - *Papilomavirus Humano*, que será implementado através da vacinação pública em todo o território paranaense.

Art. 2° A vacinação será amplamente divulgada, sendo que a campanha deverá atingir as mulheres com idade a partir de 10 (dez) anos.

Art. 3° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31/03/09.
(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Há necessidade urgente de se combater o aumento do contágio do HPV em mulheres, diminuindo por consequência a incidência do câncer de colo do útero. O Instituto Nacional do Câncer de Colo do Útero são causados por contaminação do *Papilomavirus Humano* - HPV - que provoca mudança nas células de revestimento, até mesmo a literatura médico-científica aponta que dentre os mais de 200 subtipos de HPV estão os principais causadores de câncer do colo do útero, que pode ser combatido com a vacinação coletiva.

PROJETO DE LEI N° 123/09
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Fica autorizado o Governo a criar e instituir o Programa Mulher Preparada e Qualificada para a valorização da mão de obra feminina no mercado de trabalho.

§ 1° O Programa será desenvolvido, implantado e executado pela Secretaria de Estado do Emprego e Relações do Trabalho e poderá estabelecer com outras Secretarias e órgãos estaduais.

§ 2° Os Municípios poderão participar do programa desenvolvendo ações complementares, no âmbito de sua competência.

Art. 2° O Programa Mulher Preparada e Qualificada atenderá, prioritariamente, a mulher que tenha sob sua responsabilidade a direção, administração ou manutenção familiar, e que se encontre desempregada, ou em condições precárias de trabalho (mercado informal).

Art. 3° A Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social fica autorizada a celebrar convênios com universidades, empresas públicas ou privadas e organizações não-governamentais, visando a implantação e a execução do Programa Mulher Preparada e Qualificada.

Art. 4° Para a eficácia do Programa Mulher Preparada e Qualificada, a Secretaria do Estado do Emprego e Relações do Trabalho terá como atribuição a execução das seguintes ações, entre outras correlatas:

I - criação, manutenção e atualização de banco de dados contendo cadastros:

a) de mulher interessada em participar do Programa;

b) de empresas públicas ou privadas, órgãos e entidades públicas, universidades e organizações não-governamentais que sejam parceiros do Programa Mulher Preparada e Qualificada;

c) de oferta de emprego destinada às mulheres beneficiadas pelo programa.

II - promoção da qualificação da mão de obra feminina, encaminhando as mulheres cadastradas para:

a) cursos que promovam a melhoria do nível educacional e cultural;

b) curso profissionalizante, observando-se os parâmetros e a aptidão profissional da demanda;

c) prioritariamente, empregos oferecidos pelos parceiros do Programa.

III - divulgação constante sobre a oferta de empregos e cursos de qualificação, por meio de parceria com a imprensa em geral e com o Sistema Nacional de Emprego (SINE), do Ministério do Trabalho e Emprego;

IV - geração de emprego, incentivo e fomento à formação de cooperativas de trabalho;

V - envio de relatório semestral das atividades desenvolvidas pelo programa às Secretarias de Estado da Assistência e Desenvolvimento Social e de Justiça e Cidadania;

VI - envio de relatório semestral das atividades desenvolvidas pelo programa à Assembleia Legislativa para encaminhamento às suas Comissões, em especial, à Comissão de Relações do Trabalho e de Promoção Social.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) DR. BATISTA

JUSTIFICATIVA:

Sabe-se que a presença das mulheres no mercado de trabalho vem aumentando a partir de 1970. Sabe-se que isso se deve aos movimentos organizados das mulheres, mas também, pela necessidade de aumentar o ganho familiar associado às modificações no processo produtivo e na organização do trabalho que levou à criação de novos postos.

Desde então, o número de famílias pobres chefiadas por mulheres já alcança 25% do universo brasileiro. A maioria, porém, em funções que não exigem qualificação. De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a divisão por sexo, do trabalho no Brasil, evidencia-se por mulheres nos setores onde não exige qualificação de mão de obra. As tarefas passaram a ser consideradas “femininas”.

Ainda segundo informações estatísticas, as taxas de desemprego e subemprego entre as mulheres são superiores às dos homens. Ou seja, apesar do número crescente de mulheres no mercado de trabalho, essa presença tem se limitado a engrossar a categoria de trabalhos “desfavorecidos”.

É de se acreditar que o Estado, por intermédio de suas Secretarias, em especial, a de Emprego e Relações do Trabalho poderá implantar o presente Programa Mulher Preparada e Qualificada, com reais chances de mudar essa realidade.

O Programa Mulher Preparada e Qualificada tem como foco as mulheres arrimo de família que estejam desempregadas, ou em situação precária de trabalho, que serão cadastradas à medida que demonstrem interesse em participar do Programa.

Da mesma forma, serão cadastradas empresas públicas ou privadas, órgãos ou entidades, universidades, Associações e ONGs e outros que aceitem funcionar como parceiros nesta iniciativa.

Por todo o exposto, solicito o apoio dos nobres Deputados para a aprovação da presente proposição, que visa, tão-somente, garantir às mulheres sejam preparadas e qualificadas para o mercado de trabalho.

PROJETO DE LEI Nº 124/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica instituído no âmbito do Estado do Paraná, o cadastro para o bloqueio do recebimento de ligações de telemarketing.

Art. 2º Compete ao PROCON/PR implantar, gerenciar e divulgar aos interessados o cadastro, a partir da publicação desta lei, bem como criar os mecanismos necessários à sua implementação.

Art. 3º O titular de linha telefônica que não deseje receber ligações de telemarketing poderá inscrever o respectivo número no cadastro que observará o disposto neste projeto.

Parágrafo Único. O cadastro tem por objetivo impedir que as empresas de telemarketing ou estabelecimentos que se utilizem deste serviço, efetuem ligações telefônicas, não autorizadas, para os usuários nele inscritos.

Art. 4º A partir de 30º (trigésimo dia da inscrição, as empresas de telemarketing, os estabelecimentos que se utilizarem desse serviço ou as pessoas físicas contratadas com tal propósito não poderão efetuar ligações telefônicas direcionadas ao correspondente número, salvo se comprovarem a existência de prévia autorização do titular da linha.

Art. 5º O PROCON/PR disponibilizará às empresas a lista de usuários do cadastro a que se refere o texto, discriminando o nome, número do telefone e data da inscrição.

Art. 6º O cadastro será feito pessoalmente, via internet, ou por telefone disponibilizado pelo PROCON/PR que regulamentará as formas de inscrição.

Art. 7º A inscrição no cadastro será realizada mediante os meios descritos no artigo anterior. No ato da inscrição o usuário devendo fornecer as seguintes informações:

- I - nome;
- II - número do RG;
- III - CPF;
- IV - endereço.
- V - CEP;
- VI - telefone a ser cadastrado;
- VII - e-mail;

§ 1º O usuário poderá cadastrar somente linhas telefônicas registradas em seu nome, respeitando o limite máximo de 03 (três) números.

§ 2º Incluem-se, nas disposições desta lei, os telefones e os aparelhos de telefonia móvel em geral.

§ 3º A qualquer momento o usuário poderá solicitar o seu desligamento do cadastro.

§ 4º O usuário que receber ligações após os 30 (trinta) dias da data do ingresso no cadastro deverá registrar ocorrência do fato, junto ao PROCON/PR, informando o dia, horário, nome do atendente e da empresa prestadora do serviço, a fim de que sejam tomadas as medidas cabíveis.

Art. 8º O descumprimento das obrigações estabelecidas no presente projeto sujeitará o infrator às sanções administrativas previstas no artigo 56 da Lei Federal nº 8078, de 11/09/90.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) MARCELO RANGEL

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tem por objetivo oferecer aos usuários do sistema convencional e móvel de telefonia do Paraná, a alternativa do não recebimento de ligações efetuadas por instituições diversas que realizam o serviço de telemarketing.

A proposta foi inspirada em ação semelhante implementada nos Estados Unidos há alguns anos, denominada Do Not Call. O Projeto de Lei foi aprovado na Câmara Legislativa do Distrito Federal e aguarda sanção do Governador.

Com o cadastro as pessoas poderão ter a opção de receber, ou não, as propagandas de telemarketing, que para alguns causa um certo aborrecimento. A proposta beneficiará os cidadãos e até mesmo as empresas de telemarketing que atingirão o público que realmente está interessado no conteúdo de suas ligações.

Diante dessa explanação é que se espera o apoio dos demais membros deste Parlamentar, para a aprovação da presente proposta.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro inscrito, Deputado Douglas Fabrício. V. Exa. tem cinco minutos.

Deputado Douglas Fabrício (PPS)

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, comitê de imprensa, senhoras e senhores.

(Lê):

“Há 87 anos, um grupo de operários e intelectuais do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul, de São Paulo e de Minas, reuniu-se em Niterói. Eram homens incorformados que pretendiam mudar a face do País e do mundo. Homens iluminados por uma teoria e um ideal. Gente temperada na luta diária por melhores condições de vida e trabalho e que encontraram no socialismo o sistema que poderia reduzir as distâncias abismais que separam os privilegiados da imensa maioria que trabalha, produz e recebe muito pouco pelo seu esforço.

Sim, senhores, em 25 de março de 1922 era fundado o Partido Comunista do Brasil, depois Partido Comunista Brasileiro, hoje Partido Popular Socialista, o meu PPS. São décadas de luta, de sofrimento, de abstinção. Neste Brasil brasileiro, todas as iniciativas que pretendiam mudanças para eliminar privilégios inaceitáveis, são recusadas.

O partido foi fundado em março, e em junho já era colocado na ilegalidade pelo Presidente da época, o Epitácio Pessoa. Desde então o partido foi mantido na ilegalidade, com raros períodos de vida aberta.

Por isso mesmo, sempre foi um partido em luta por liberdades. Enfrentou a Polícia dos Governos oligarcas da Velha República. Enfrentou a Polícia do Estado Novo com suas características fascistas. Enfrentou a repressão do regime militar. Perdeu quadros, muitos sob o látigo da repressão.

Mas quando uma idéia é forte e justa, ela sobrevive. O ideal dos fundadores do PCB, hoje PPS, sobreviveram e formaram novos combatentes pela justiça social.

No Brasil, as elites sempre foram adeptas da violência para manter seus interesses intactos. A violência surda ou explícita sempre esteve presente na vida brasileira. A violência do jagunço e do torturador, mestres em suas artes, reconhecidos internacionalmente, como foram os técnicos da repressão do regime fardado, que transmitiram sua experiência aos ditadores dos Países vizinhos.

Mas há também a violência da fome, da indigência, dos índices espantosos de mortalidade e de criminalidade urbana. Há a violência contra os pobres do campo, contra o índio, contra a natureza. Ainda estamos distantes de alcançar os padrões da modernidade. Porque há violência, senhores, também na política populista e demagógica da distribuição de bolsas como se fossemos uma grande população de esmoler.

O PPS, herdeiro do PCB, nunca se alinhou nem se deixou arrastar pelos líderes populistas. Nunca fez coro às promessas degradantes feitas ao povo. Sempre lutou para que se imponha no País um regime de liberdade e de prosperidade que respeite a distribuição das riquezas e do trabalho.

Queremos um País de homens dignos, ativos, integrados pelo trabalho e esperançosos no futuro, porque têm direitos e são respeitados. Esta é a nossa luta, baseada em princípios que estavam presentes naquela primeira reunião de 1922, como estão hoje no ânimo e na prática de todos os membros de meu partido.

Não somos, portanto, um partido de ocasião. Não somos apenas uma sigla. Muito menos um cartório que negocia apoios ou tempo de propaganda no rádio e na televisão. Temos asco aos que fazem da política seu balcão de negócios. Não nos submetemos aos Governos de ocasião e não queremos formar a hora do fisiologismo de ocasião e não queremos formar na horda do fisiologismo que envergonha e empobrece o País.

Nós, do PPS, homenageamos hoje os fundadores e todos os que passaram nesses 87 anos pelo partido e lutaram, ombro a ombro, por liberdade, por justiça social. É a nossa luta. Aqui estamos para o bom combate.

Aproveitando esse nosso discurso de homenagem ao PPS, ao PCB e PC do B, Partido Comunista Brasileiro, queremos também fazer um registro a uma pessoa que é o José Rodrigues Vieira Neto, professor de Direito Civil na Universidade Federal. Foi o único representante paranaense do PCB na Assembleia de 1947, naquele curto período de legalidade, que foi de dois anos.

Um homem tão importante que a principal honraria, homenagem que a Ordem dos Advogados, a OAB concede, tem o seu nome e essa honraria é dada somente de três em três anos.

Ele, apesar de ser um renomado professor, advogado, atendia de graças por diversas vezes, seguindo assim seus ideais e o socialismo, a busca por uma sociedade mais justa e igual para todos.

Junto com nomes de peso tais como: Krüger, Vinholas e Jorge Karam, defendia as causas e as ideias por um País mais justo.

Sr. Presidente, era isto, utilizando este Pequeno Expediente, em nome do PPS, agradecer todos os militantes, todos os filiados ao partido, e as pessoas simpatizantes ao nosso partido.

Mas a homenagem é histórica, e estamos no mês de março, que é o mês que faz 87 anos, hoje, o nosso PPS.

Então, senhoras e senhores, muito obrigado, ao Presidente também, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Segundo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Chico Noroeste.

Deputado Chico Noroeste (PR)

O SR. CHICO NOROESTE

Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, público presente, cidadãos, cidadãs paranaense que nos assistem neste momento.

Gostaria de iniciar as minhas palavras fazendo um agradecimento muito especial à Comissão de Constituição e Justiça, que acabou de aprovar, por unanimidade, um projeto que apresentei nesta Casa de Leis, cujo teor é o seguinte:

(Lê):

Art. 1º Fica a SANEPAR proibida de cobrar taxas municipais ou outros serviços na fatura de água e esgoto, que não foram formalmente e antecipadamente autorizados pelos consumidores.

Parágrafo Único. O consumidor que não desejar a cobrança de outros serviços, conjuntamente com a fatura de água e esgoto, poderá requer exclusão, a qualquer tempo, dos encargos provenientes dos mesmos, inclusive dos encargos já lançados, sendo facultado ao consumidor efetuar somente o pagamento dos valores de água e esgoto, ficando a cargo dos Municípios ou terceiros a cobrança de outros serviços, através de outros meios.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gostaria de agradecer os Deputados Durval Amaral, Nereu Moura, Carlos Simões, que inclusive foi o relator do projeto e que, fazendo uma análise profunda, detectou que o projeto era, sim legal e constitucional. Agradecer os Deputados Francisco Bühner, Romanelli, Líder do Governo, que por mais de uma vez defendeu o projeto, a sua legalidade. Agradecer o Deputado Douglas Fabrício pelo seu pronunciamento, pela sua posição firme lá na CCJ. Acho que um dos pronunciamentos que foi certamente decisivo para a aprovação do projeto, e claro, de pronunciamentos tomados a outros pronunciamentos que ali foram feitos. Os Deputados Luiz Carlos Martins, Tadeu Veneri, Artagão e ao Reni Pereira também, o nosso muitíssimo obrigado, até porque tem travado uma certa discussão e até tenho percebido da sua parte, até na reunião da CCJ, uma certa resistência. Mas, devido à sua sensibilidade, o bom senso de V. Exa. acabou também aprovando e, graças ao apoio de todos os projetos podemos dizer assim: o projeto foi aprovado por unanimidade.

Hoje, o projeto, que embora seja uma iniciativa nossa, agora passa a ser também uma iniciativa, um projeto de todos os membros da CCJ.

Deputado Reni Pereira, estamos verificando a sua luta também com relação à taxa de coleta de lixo nos mais diversos Municípios do Estado do Paraná, parece que em torno de 55 Municípios. Foz do Iguaçu é um deles, em que apenas por um convênio assinado entre a Prefeitura de Foz do Iguaçu e a SANEPAR, que começou a cobrar na conta de água, das famílias paranaenses, além da taxa de água e esgoto, também a taxa de coleta de lixo.

Aí a nossa posição. Acho um equívoco da SANEPAR e até acho que com relação à cobrança da taxa de coleta de lixo na conta da água vem na contramão daquilo que pensa o Governo do Estado, os programas sociais do Governador Roberto Requião, porque todos vocês sabem que existe o Luz Fraterna, para a população de baixa renda, para a população carente do Estado do Paraná. Com relação à água existe a tarifa social, em que as famílias paranaenses pagam apenas R\$ 5 de água e, quando pagam o esgoto, apenas R\$ 2,50. Um programa social, um programa do Governo do Estado, um programa do Governador Roberto Requião, que visa atender à população menos favorecida e aquela que mais precisa do Poder Público.

Portanto, ao lançar R\$ 10, R\$ 15, junto a R\$ 5 é realmente um projeto e uma ação equivocada e que vem na contramão.

Portanto, espero que este projeto tramite nas demais comissões rapidamente e venha ao Plenário para que tenha também, tenho certeza, o apoio e a aprovação, por unanimidade, de todos os Deputados.

Agora, quero dizer, Deputado Reni Pereira, sabemos que V. Exa. está no caminho para reverter este equívoco via Justiça. Nada mais justo. E uma ação também plausível. Mas, certamente os 54 Deputados poderiam, aqui no Parlamento Estadual, estabelecer sua posição, até porque existem vários tipos de ações que devemos fazer e que deve o Deputado Fazer. Temos projetos de lei, temos requerimentos, indicações temos inclusive um diálogo franco com a SANEPAR.

Portanto, além destes dois caminhos que são percorridos aqui na Assembleia Legislativa, outros também. Acredito que Deputados que acharam conveniente, deverão seguir. Todos eles, e deverão ter o meu apoio e deverão ter o seu apoio. Portanto, quero me colocar à disposição para que esta alternativa, juntamente com a Justiça do Estado, seja também incorporada, e V. Exas. podem contar com meu apoio, da mesma forma que já estou contando e que quero continuar contando com seu apoio. Já aprovou na CCJ e que também aprove aqui no plenário da nossa Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, é público e notório o Seminário que o Governador Roberto Requião promoveu na Cidade de Foz do Iguaçu. Seminário denominado Crise, Desafios e Soluções na América Latina. Lá, tivemos a oportunidade de ouvir e presenciar várias palestras, de pessoas renomadas do Brasil e também da América Latina. Mas, ao mesmo tempo em que estava se desenvolvendo o Seminário, o Governador Roberto Requião cumpriu uma agenda na Cidade de Foz do Iguaçu e também na região.

Lá em Foz do Iguaçu, logo no primeiro dia, na abertura dos trabalhos do Seminário, o Governador Roberto Requião, juntamente com a Prefeitura de Foz do Iguaçu, assinaram um convênio de R\$ 4 milhões e 500 mil, repasse destinado ao hospital municipal. Um compromisso, um comprometimento do Governador Roberto Requião e que agora já está formalizado, valendo aqui lembrar que anteriormente o Governo do Estado já tinha repassado R\$ 3 milhões ao Município de Foz do Iguaçu, e agora, somados aos R\$ 4 milhões e 500 mil, totaliza-se R\$ 7 milhões e 500 mil para o hospital municipal, um hospital que hoje já tem características de hospital regional.

Então, nada mais justo do que ter a parceria do Governo do Estado. E aqui nosso pensamento de que este hospital não deve jamais apenas ser hospital municipal, e sim, também, na frente, depois da sua conclusão, ser um hospital regional, uma verdadeira parceria do Governo do Estado com o Município de Foz do Iguaçu e com outros Municípios, somando forças e esforços, dividindo custos e responsabilidades no sentido de atender nossa população da melhor maneira possível.

Dia 27 participei, juntamente com o Governador Roberto Requião, com o Deputado Dobrandino e vários Secretários, da inauguração de uma casa, denominada de Casa de Semiliberdade, onde aqueles jovens, adolescentes que estão em conflito com a lei, irão para lá e lá terão educação, lazer, trabalho, enfim, lá serão preparados, qualificados para que essa juventude seja reintegrada à sociedade, passando a contribuir, na sequência, com a nossa Cidade, com o nosso Estado e com o nosso Brasil.

No dia 28 assinamos também uma ordem de serviço entre a SANEPAR, o Governo do Estado e o Município de Foz do Iguaçu, no que diz respeito a mais verba, sendo R\$ 1 milhão e 431 mil destinados a saneamento básico, coleta e tratamento de esgoto no Município de Foz do Iguaçu. São investimentos relevantes, investimentos maciços que estamos observando, que estão sendo feitos hoje por parte do Governo do Estado, lembrando aqui que o nosso Município tem tido uma atenção muito especial por parte do Governador Roberto Requião. A água das famílias de Foz do Iguaçu é 100% tratada, e hoje, de 69% de esgoto coletado e tratado, com esse investimento somado a outros investimentos vamos chegar a aproximadamente 72% de esgoto coletado e tratado no Município de Foz do Iguaçu.

Dizia-me um médico amigo meu que investimentos em saneamento básico é como se fosse vacina contra os mais diversos tipos de doenças. Portanto, tenho certeza que esses investimentos vão significar mais saúde para a população de Foz do Iguaçu, vão diminuir a mortalidade infantil, vão diminuir as filas nos postos de saúde, vão diminuir as filas no hospital municipal e certamente vão proporcionar melhor condição de vida para a população de Foz do Iguaçu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Esta Presidência anuncia a presença dos Vereadores de Missal, o Presidente da Câmara, o Vanderlei, e o Vereador Nelson Fernandes, a pedido do Deputado Elio Rusch. Sejam bem-vindos à nossa Casa.

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

Deputado Tadeu Veneri (PT)**O SR. TADEU VENERI**

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Uso a tribuna na tarde de hoje porque no dia de amanhã o Supremo Tribunal Federal vai julgar duas ações que são extremamente importantes para as nossas informações presentes e futuras. Uma ação diz respeito à Lei de Imprensa, do alcance da Lei de Imprensa, como ela deve ser regulamentada, e a outra ação foi provocada pela Federação dos Proprietários de Jornais e Radiodifusão do Estado de São Paulo, no que diz respeito à necessidade, à obrigatoriedade do diploma de jornalista para exercer a profissão como profissional. E estive hoje, na parte da manhã, em uma manifestação feita aqui pelo Sindicato dos Jornalistas, e entendo que não é possível que não tenhamos os olhos voltados para o STF amanhã, até porque há muito tempo se discute a necessidade ou não do jornalista profissional ter o seu registro, ter o seu diploma, ter que cursar uma universidade para ser reconhecido como jornalista. Apesar de alguns defenderem que não é necessário que o jornalista tenha diploma, não é necessário porque muitos escrevem, muitos têm programa de televisão, de rádio, na internet, nada impede que aqueles que não são jornalistas profissionais continuem fazendo seus programas, escrevendo suas matérias na internet.

O que temos defendido é que o jornalista responsável sempre será a pessoa que responderá por aquilo que está escrito nos jornais ou comentários na televisão ou rádio.

O jornalismo precisa ter essa regulamentação, ter o jornalista profissional com curso superior. Por que falo isso? Não entendemos que o motorista de ônibus ou caminhão possa ser um motorista qualquer, tem que ser habilitado especificamente para aquela atividade. Entendemos que o engenheiro, mesmo com o conhecimento teórico, possa exercer a profissão, se não for formado em uma universidade que lhe dê a qualificação.

O que o sindicato e a Federação Nacional dos Jornalistas estão fazendo é chamar a atenção para a qualidade da informação que recebemos e como essa informação chega até nós. Alguns dizem que não é necessário, pois em Países da Europa e Estados Unidos não há obrigatoriedade de se ter diploma para exercer a função de jornalista. A diferença é que nesses Países não tem a situação que tem o Brasil. Aqui, cerca de seis famílias possuem mais de 90% de toda informação que é transmitida. São os donos de todas as grandes redes de televisão,

jornais e de rádio. São eles que pautam as informações para o resto do Brasil. Primeiro: colocam uma versão só; segundo: porque faz com que o mercado de trabalho fique cada vez mais reduzido para profissionais da imprensa; e terceiro: lembramos que hoje, 31 de março, faz 45 anos sofremos um golpe militar patrocinado por mãos civis que, entre outras coisas, teve um dos grandes malefícios para a sociedade, que foi silenciar a imprensa a ponto de termos jornalistas presos, exilados, mortos.

Vemos a luta dos jornalistas que, há mais de 40 anos vêm buscando fazer com que tenhamos reconhecimento profissional na categoria para termos qualidade na informação. Se não houver mais a necessidade de um profissional reconhecido, vão contratar qualquer pessoa, a qualquer preço e a qualquer jornada. Isso fará com que tenhamos uma quebra na qualidade dos serviços que são prestados, também uma desresponsabilização de parte do setor, porque qualquer situação não terá quem responda.

Quero me colocar solidário e o meu partido também já se manifestou à luta dos jornalistas do Paraná e do Brasil. Assim como em Brasília está sendo feito, nós aqui desta Casa estamos registrando o nosso apoio a essa luta, pela qualidade da informação, luta pelo piso nacional e a luta para que não se repita, no dia de amanhã, quando será julgada essa provocação feita pelas empresas de São Paulo, para que não tenhamos a repetição do mesmo golpe, 45 anos depois, com uma outra conotação que é desregular o mercado de trabalho.

Obrigado, Sr. Presidente. Obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

A pedido do Deputado Accorsi, esta Presidência registra com satisfação a presença do Prefeito de Amaporã, Prefeito Mauro Lemos. Seja bem-vindo a nossa Casa!

Próximo orador inscrito, com a palavra o Sr. Deputado Péricles de Mello.

Deputado Péricles de Mello (PT)**O SR. PÉRICLES DE MELLO**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje 31 de março de 2009, completa 45 anos que se implantou no Brasil um regime autoritário. Um regime responsável pelas principais questões que afligem o modelo de desenvolvimento brasileiro. Se é verdade que aconteceu o chamado milagre brasileiro, no final da década de 60, e que houve um grande crescimento econômico, é verdade que o tipo de crescimento que aconteceu no País foi um crescimento concentrador de riqueza. Uma modernização que os teóricos, economistas e sociólogos chamam de modernização conservadora ou modernização autoritária. Basta ver a questão da terra.

O Estado do Paraná, na década de 70, 80, perdeu mais de 1 milhão de pessoas, que saíram do campo, foram para as grandes Cidades ou para outras fronteiras agrícolas, em outros Estados do País. O modelo de transporte foi aprofundado, se acabou basicamente com

o sistema ferroviário. O Brasil é um dos grandes Países do mundo, um dos únicos que todo transporte é feito por rodovias, um transporte muito mais caro, valorizando a empresa automobilística, destruição do sistema ferroviário, extinção dos partidos políticos. Eu lembro que quando estava no final da ditadura, 1982, quando o PT participou da primeira eleição e levaria a chamada “Lei Falcão”, aparecia só a fotografia e o currículo na televisão, o voto era vinculado de Vereador a Governador.

Não podemos esquecer essa data trágica, 31 de março de 1964, para a história do Brasil. Procurava-se o País um modelo alternativo com as reformas de base, com um Presidente legitimamente eleito pelo povo brasileiro. Com a renúncia de Jânio Quadros, o Jango ocupou o cargo de Presidente. É uma data que não pode ser esquecida. Todas as forças que pensam um modelo diferente, com mais igualdade, mais democracia, têm que relembrar, na memória do nosso povo, essa data tão triste para a história do Brasil.

Eu recebi de um amigo - o Narciso Pires - um texto e faço questão de ler nesta data. O texto intitula-se “31 de março: esquecer jamais!” Narciso Pires é Presidente do Grupo Tortura Nunca Mais no Paraná. O texto diz o seguinte:

(Lê):

Há 45 anos, em 31 de março de 1964, forças militares, aliadas às elites econômicas brasileiras, derrubaram o Governo democrático de João Goulart. Desde então e por 21 anos, até 1985, esses militares ocuparam o poder no Brasil e instalaram uma ditadura militar. Esse período, conhecido como a “A Longa Noite de Terror”, promoveu a perseguição e a demissão de seus empregos de mais de 500 mil brasileiros e brasileiras; dezenas de milhares foram presos e torturados; centenas foram covardemente assassinados pelos agentes públicos do Estado. Muitos militantes políticos que reagiram ao golpe militar continuam desaparecidos até hoje.

O Brasil, até então altivo e soberano, com os militares no poder, submeteu-se aos interesses americanos durante a Guerra Fria. Foi permitida a exploração do rico subsolo brasileiro por empresas estrangeiras. A política externa passou a ser dirigida, na prática, pelos interesses dos Estados Unidos. Uma nova lei de remessas de lucros permitiu às multinacionais mandar mais dinheiro para fora do País.

Os sindicatos sofreram intervenção, garantindo o conformismo do trabalhador brasileiro à exploração ainda maior das elites econômicas e das multinacionais. A reforma agrária e urbana foram banidas da política brasileira e, os que por isso lutassem, amordaçados e calados. Os movimentos sociais passaram a ser criminalizados e seus militantes covardemente perseguidos. O povo foi proibido de se organizar e se manifestar. Os socialistas, os comunistas, a Esquerda brasileira e os democratas foram declarados inimigos do regime, submetidos ao cárcere, à tortura e ao exílio forçado.

A ditadura militar levou o País ao excessivo endividamento junto aos banqueiros internacionais ao assumir o Brasil com US\$ 2,6 bilhões de dívida externa e entregá-lo com US\$ 110 bilhões. Tornou o País dependente e controlado pelo Fundo Monetário Internacional, a serviço dos interesses dos Países ricos.

A reação do povo brasileiro, com os movimentos de trabalhadores e estudantes, as campanhas pela anistia e o grande movimento pelas Diretas Já, puseram fim ao regime militar e a esta longa noite de terror.

Os golpistas de 1964, no entanto, nunca responderam por seus crimes. Os torturadores e assassinos da ditadura militar permanecem impunes e ainda contam com a conivência das elites políticas, econômicas e jurídicas brasileiras. Ainda hoje, após 24 anos do fim do período ditatorial, o Estado brasileiro resiste a abrir os arquivos da repressão. O Brasil não completou a sua transição democrática. Na legislação brasileira ainda há um imenso entulho autoritário, construído ilegalmente durante a ditadura, que precisa ser desmantelado. Os movimentos sociais continuam sendo criminalizados pelo aparato repressivo do País. A doutrina de segurança nacional estabelecida durante a ditadura é a que prevalece, ainda hoje, no seio das forças de segurança. A tortura continua sendo o principal método investigatório da Polícia brasileira. Os desaparecidos políticos ainda não foram localizados.

Outros Países da América Latina como a Argentina, o Uruguai e o Chile, que foram vítimas de golpes militares no mesmo período, vêm passando a limpo o seu passado. Os responsáveis por crimes de lesa-humanidade, como a tortura, o desaparecimento político e o assassinato sob tortura vêm sendo punidos exemplarmente. Presidentes ditadores e agentes públicos da repressão estão sendo condenados e cumprem penas de prisão. Os Presidentes Videla, na Argentina, e Bordaberry, no Uruguai, e o General Contreras, no Chile, foram condenados e presos. O Presidente e General Pinochet, do Chile, morreu desmoralizado e sob prisão domiciliar. No Brasil, apesar de todos os males ocasionados pela ditadura militar, os responsáveis pela tortura e os assassinatos políticos permanecem impunes.

Para completar a transição democrática, o Brasil precisa instituir uma Comissão Nacional da Verdade e Justiça, composta por organismos governamentais e sociedade civil engajada. Os torturadores e assassinos do regime militar precisam ser responsabilizados civil e criminalidade. Os arquivos militares e civis da repressão precisam ser abertos e disponibilizados ao povo brasileiro. Os movimentos sociais precisam ser descriminalizados. A atual doutrina de segurança nacional precisa ser execrada e uma nova perspectiva precisa ser construída, à luz da democracia brasileira e dos princípios inaugurados pela Constituição de 1988 respondendo as novos desafios internos e externos, tendo como centros a soberania do País, o desenvolvimento e a eliminação da miséria, da fome, da mortalidade infantil e do analfabetismo.

Ditadura, nunca mais!

Passa a usar o horário da Liderança do PT

Acho importante nesta data a leitura deste texto, a lembrança de que muitas das chagas sociais do Brasil se devem a esse período negro da história nacional, como eu estava dizendo, reafirma o texto de Narciso Pires.

Deputado Tadeu, sabemos que uma das questões que o Sindicato dos Jornalistas coloca é a luta pela democratização das comunicações. Sabemos que o monopólio das comunicações do País foi construído e fortalecido durante o regime militar, onde foram criados instrumentos de mídia para, digamos assim, como instrumento ideológico do aparelho do Estado brasileiro, com o objetivo de alinear as pessoas, de induzir as pessoas a acreditarem no regime, principalmente setores da classe média que optaram pelo sistema, o modelo econômico que beneficiou as mercadorias, os bens de consumo duráveis.

E foi nesse período que o Brasil começou com a marginalidade urbana, onde todas as Cidades começaram a ter percentagens enormes de população favelada.

Moro na Cidade de Ponta Grossa, que tem 13% da população que mora em favelas. Isso foi o resultado da concentração cruel da propriedade da terra, em uma política agrícola que isolou e baniu praticamente os pequenos agricultores, que não tiveram apoio nenhum, que fez uma parceria com aqueles setores que buscavam concentração na propriedade e a modernização, excluindo as pessoas, os trabalhadores e assim por diante.

Pertencemos a uma geração cuja juventude se deu no período militar. Estudei na Universidade Federal do Paraná de 1973 a 1977. Enfrentei o chamado Ato-477, se um estudante criticasse o regime poderia ser expulso da universidade. A minha geração é a do renascimento do movimento estudantil, em 1976 e 1977. O movimento renasceu no Brasil com a grande passeata dos 10 mil, em São Paulo. Aqui na Federal do Paraná houve um grande movimento contra o regime militar, pelos democráticos. Houve a prisão de muitos estudantes e companheiros.

É nesse bojo que nasce o Partido dos Trabalhadores, quando Lula faz um discurso em São Bernardo, lançando a idéia de criar um partido diferente, que fosse feito de baixo para cima, através das camadas sociais abandonadas, os excluídos do sistema, os operários, os desempregados, os pequenos agricultores, os setores da Igreja Católica, o novo sindicalismo. Vivi na minha própria história esses períodos tão difíceis da história do Brasil.

Precisamos fazer essa lembrança neste dia, para que nunca mais aconteça neste País um regime autoritário que suspenda as liberdades democráticas, um regime cruel, como aconteceu a partir de 1964.

Acho que nenhuma força política deve se calar. Existem muitas forças que criticam, por exemplo, o que acontece hoje na Bolívia, na Venezuela e no Equador. Nós também podemos ter um conteúdo crítico sobre esses regimes. Mas por mais que se critique, não dá para se comparar um regime como o do Hugo Chávez, por

exemplo. Ele pode ser candidato várias vezes, mas pode ser candidato. O Hugo Chávez fez uma consulta pública para saber se o povo permitiria que ele fosse candidato. O que é totalmente diferente. O Hugo Chávez e o Evo Morales, da Bolívia, são demonizados por setores da mídia nacional e alguns partidos políticos, que na época do regime militar simplesmente se calam e ficam como cegos a tudo de mal que estava acontecendo no nosso País.

É por esse motivo que eu, na condição de Líder do PT, trago essa lembrança e faço esse manifesto a favor da liberdade democrática, de democracia e de um modelo econômico a favor da justiça social e da distribuição de renda.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

Nobre Presidente Nelson Justus, Srs. Deputados.

Vamos votar hoje um projeto de autoria do Governador Roberto Requião, que estabelece o valor do novo salário-mínimo regional, que entra em vigor a partir de 1º de maio. Parabéns ao Governador Requião! É preciso pagar bem, sim, os trabalhadores. Nota 10 para o Requião quando aumenta o salário, manda o vizinho pagar a mais pelo seu empregado. Acho que o Requião tem que dar o bom exemplo e fazer o seguinte: vou fazer o mesmo que estou determinando para os empresários e para a iniciativa privada. Também vou dar aumento para os servidores públicos do Estado do Paraná, da ativa e também para os aposentados.

Nobre Presidente Nelson Justus, fico imaginando a iniciativa privada que vai ter que pagar mais pelo serviço do jardineiro, da empregada, do operário, do vendedor, do encanador, vai ser tudo mais caro, porque com o novo salário-mínimo a comida vai custar mais, a roupa, o remédio. Então, o custo de vida vai aumentar para todo mundo. Fico imaginando como uma professora do Estado vai fazer, porque quando ela sai para lecionar, a empregada fica em casa, e a partir do dia 1º de maio vai ter que dar aumento para a sua empregada. Mas, e se ela não tem aumento? Estou falando da professora. É o caso, inclusive, dos servidores aqui da Assembleia. Os servidores das diversas Secretarias do Governo do Estado, inclusive os aposentados. Como vão pagar os encargos financeiros sem o tal do aumento salarial para quem é servidor público?

O nosso apelo é para o Requião não fazer cortesia com o chapéu alheio. E que a sua bancada de apoio aqui nesta Casa aprove o projeto de minha autoria, que estende o mesmo aumento de quase 15% para todos os servidores públicos do Paraná, inclusive para os aposentados. Caso contrário, é pura demagogia.

Pode ter certeza que vai ter muito servidor que vai acabar mandando a empregada doméstica embora, pois não vai ter condições de pagar, porque não vai ter o aumento salarial.

Vamos esquecer de que lado é cada Parlamentar, vamos aprovar também esse projeto do Requião de aumento para os trabalhadores da iniciativa privada. Vamos mostrar que esta Casa age com justiça. Caso contrário, não sei o que vai ser da vida do servidor.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

O Sr. Professor Lemos (PT)

Nobre Deputado Belinati, me permite um aparte?
(Assentimento)

Quero cumprimentá-lo por seu pronunciamento e por vários pronunciamentos que tem feito nessa Casa. Quero aproveitar esse espaço para dizer que hoje, às 16h o Fórum dos Servidores Públicos, que é integrado por 18 entidades, vamos ter uma reunião com a Secretária da Administração e Previdência, com o Secretário do Planejamento, para avançarmos no debate da data-base, que vai ser maio. Então, queremos um reajuste que assegure aos servidores públicos também condição de viver com dignidade.

Quero aproveitar este momento para anunciar aqui as presenças nessa Audiência logo mais representando todos os servidores públicos do Estado do Paraná: a Elaine, do SindiSaúde; o Edér representando as unidades estaduais do Paraná; o Amauri, do Sintesu; o Mário, do Sindisec; o Cleiton, do Sindicato dos Agentes Penitenciários; o Idemar da APP-Sindicato; o Sidney, do Sindi-conta; também do Heitor que é um dos coordenadores do Fórum dos Servidores Públicos, junto com a Elaine.

Então, vamos acompanhar essa Audiência no Palácio das Araucárias, logo mais, e com esta sua reivindicação, que é a reivindicação de todo o servidor público, nós queremos, no mínimo, 15% para os servidores públicos do Estado do Paraná.

Então, parabéns pela sua lembrança diária do servidor público do Estado do Paraná.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Parabéns a V. Exa. pelo trabalho e parabéns a esses líderes, esses sindicalistas que estão aqui, porque eles sabem da importância que tem, nesta hora, todas as representações dos servidores públicos estarem unidos, porque eu não tenho dúvida, vai ser uma facilidade enorme, incrível, pois acho que ninguém vai votar contra o projeto para a iniciativa privada dar aumento para os seus trabalhadores, mas quando chegar a hora de votar o projeto para dar o mesmo aumento para o servidor público, vai ser uma má vontade, isso aqui vai andar em ritmo de tartaruga. A tartaruga é capaz de andar mais depressa do que o nosso projeto, porque, lamentavelmente, alguns políticos parece que só querem o servidor ao seu lado na hora de receber o voto, porque sem o voto do servidor público nenhum de nós estaria nesta Casa.

Então, temos o dever, a obrigação de honrar, até porque não é tempo para retribuir o voto, não, porque é um ato de justiça.

Volt a repetir, Deputado Reni, se não for dado aumento para o servidor público e só para a iniciativa privada, na prateleira do supermercado, na prateleira da farmácia, tudo vai subir de preço e como é que o servidor público vai ter condições de enfrentar uma violenta alta no custo de vida?

Portanto, é a defesa que fazemos da necessidade de darmos um aumento, sim, para quem é da iniciativa privada, mas dar também o aumento para quem é servidor público e para quem já está aposentado.

Agora, outra matéria que vamos votar hoje é a verdadeira prova, parabéns, aí estão os cartazes dos servidores, 15% de aumento para os servidores. Ainda bem que os servidores têm vocês aqui para defendê-lo. Muitos não puderam vir porque estão trabalhando. Um ou outro não veio por comodismo. Mas é importante saber que as lideranças estão aqui para defender a classe.

Um outro projeto que vamos votar hoje é a prova cabal de que um carro é mais importante que o homem, é mais importante que o ser humano, é mais importante que a vida humana.

Vamos votar daqui a pouco, vai ser aprovado, não tenho dúvida, uma verba, em número redondo, 40 milhões ou mais precisamente R\$ 39 milhões e 620 mil, quase 40 milhões para construir um estacionamento para automóveis, aqui no Centro Cívico, onde está instalada a Assembleia Legislativa, o Tribunal de Contas, o Tribunal de Justiça, o Palácio Iguaçu.

Meu Deus com R\$ 40 milhões, no mínimo, daria para construir quatro grandes hospitais no Paraná para salvar a vida de quem está à beira da morte. Quase R\$ 40 milhões, quatro grandes hospitais poderiam ser construídos.

Então, infelizmente, Deputado Cheida, V. Exa. que é médico, esse projeto vamos votar aqui e vai ser aprovado por esta Casa, é a prova cabal de que o carro é mais importante do que uma vida humana.

Fico imaginando quantas vidas poderiam ser preservadas, quantas vidas poderiam ser salvas se esse dinheiro, ao invés de estacionamento para carros, fosse utilizado para construir hospital, para contratar mais médicos mais enfermeiros, para pôr o remédio que está faltando no posto de saúde, para atender principalmente a população de baixa renda e para salvar a vida das pessoas mais pobres.

Infelizmente, volto a repetir, a aprovação desse projeto é a prova contundente de que o motor que polui, que o carro tem mais valor, é mais importante do que salvar uma vida humana.

Terminando a nossa homenagem ao Prefeito eleito de Londrina, Barbosa Neto, visitando esta Casa, que já conversou o Governador Requião no dia de hoje. Barbosa Neto está numa peregrinação, está trabalhando em tempo integral, já como Prefeito, visitando as autoridades,

ouvindo a população, ouvindo vários segmentos. Nós que tivemos a alegria e a honra de estar a lado do Barbosa Neto, retribuindo o apoio que ele nos deu no 2º turno na eleição de Londrina, mas muito mais que retribuir o apoio foi pela identificação das propostas sociais do Barbosa Neto com as nossas propostas. Pela identificação que temos na nossa vida pública voltada para a população de baixa renda, que é povo que precisa de Vereador, de Prefeito, de Deputado, de autoridade. Porque rico não precisa de autoridade. Quem precisa de autoridade é o povo pobre. Por isso nos identificamos e apoiamos, sim, a campanha vitoriosa de Barbosa Neto, a quem rogamos que Deus abençoe e ilumine, e que ele seja consagrado como Prefeito humano, dinamizador, que consiga tirar Londrina do buraco em que a Cidade se encontra mergulhada.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra a Deputada Luciana Rafagnin.

Deputada Luciana Rafagnin (PT)

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, também parabenizo o Barbosa Neto, agora Prefeito de Londrina, já foi colega nesta Casa.

Mas, faço uso da tribuna, Sr. Presidente, que esta manhã estivemos participando da “Escolinha” de Governo, e lá o Governo liberou a última parcela de um recurso de 400 casas que foram construídas pela COOPERAF. A COOPERAF tem uma história de luta da agricultura familiar. Há muitos anos o movimento sindical vem batalhando para que os agricultores também tenham a oportunidade de construir as suas casas, de poder morar com mais dignidade no campo. Não existia financiamento nenhum na agricultura, por muito tempo foi reivindicado isso. Mesmo nesta Casa nós sabemos da luta do atual Vice-Governador Orlando Pessuti, enquanto Parlamentar. Aqui, quando assumimos o nosso mandato, apresentamos também um projeto de lei. Na época o Governador Jaime Lerner vetou esse projeto. É um projeto de incentivo à construção de casas para os nossos agricultores, para a agricultura familiar.

O Governo Lula assume a presidência do País e cria um Programa de Incentivo a Habitação do Campo. Esse programa já beneficiou, no Estado do Paraná, aproximadamente 10 mil casas, com parceria com cooperativas da agricultura familiar: COOPERAF, CRESOL, CRENOR. Incentivo junto ao INCRA, aos assentamentos.

Mas, o Governador Roberto Requião tem incentivado e muito, tem colaborado nesse projeto onde o Governo Federal tem colocado cerca de R\$ 6 mil a fundo perdido e o Governo do Estado tem entrado com uma parceria de R\$ 2 mil por casa. Só com a FETRAF. Só com a COOPERAF, na verdade, já são 2 mil casas construídas no nosso Estado do Paraná, para nossos agricultores. O Governador Roberto Requião também tem esta parceria

com a CRESOL, com a CRENOL. E sabemos o quanto significa para os agricultores este apoio que vem do Governo do Estado. Dois mil por casa diz muito para nossos pequenos agricultores.

E hoje foi assinado pelo Governador Roberto Requião este cheque, a última parcela das 400 casas, ainda construídas no ano passado, e agora já está prestes a assinar - na verdade, renovar - um convênio, das 1 mil e 100 casas que também estão sendo construídas, que a COOPERAGRO vem construindo e que tem este apoio do Governador do Estado do Paraná, este apoio de R\$ 2 mil por casa, onde os nossos agricultores hoje vivem uma outra realidade no campo, com condições melhores de vida, onde eles têm alegria, pois a habitação mexe com a auto-estima dos agricultores, onde não só o agricultor, mas a família, os jovens permanecem na roça, e com alegria de poder convidar seus amigos para visitar sua casa, de poder dizer onde mora, mostrar sua residência, porque hoje ele tem condições de mostrar sua casa, não sendo mais aquele barraco, aquele casebre, muitas vezes caindo.

Eu falo deste projeto com muita emoção, porque muitas foram as mulheres que sempre nos procuravam e colocavam o drama no qual viviam, o medo no qual viviam, a insegurança em viver dentro de casa, com o teto ameaçando cair sobre sua família.

Então, Deputada Cida Borgehtti, nós que somos mulheres e sentimos isso bem de perto, ficamos muitos felizes; Falo isso porque hoje é um momento importante para os agricultores do Estado do Paraná, importante para a nossa Cooperativa de Habitação, a COOPERAGRO, mas também é importante este gesto, esta ação do Governador Roberto Requião nesta parceria junto com o Governo Federal, com o Governo Lula. Então, entra com este apoio e faz com que os agricultores tenham condições de uma vida mais digna no campo.

Amanhã também o Governador Roberto Requião visita o hospital regional, que está praticamente concluído lá em Francisco Beltrão, Deputado Jocelito Canto, que tem sido um grande defensor também da Saúde do nosso Estado, a Deputada Rosane Ferreira também é uma grande batalhadora, tem falado muito, o hospital regional também tem uma história semelhante, muitos anos de luta. E o Governador Roberto Requião, muito sensível aos problemas da Saúde no Sudoeste, constrói o hospital regional e amanhã estará visitando esta obra importante para o povo do Sudoeste, para os 42 Municípios que hoje dependem muito do Capital do nosso Estado para terem um atendimento mais especializado, ou dependem da região, do Município de Cascavel.

Amanhã o Governador estará visitando essa obra, que está praticamente concluída e esperamos, segundo o próprio Secretário Gilberto Martins segundo o Governador, no mês de agosto ou setembro, no máximo estará inaugurando esse hospital e atendendo, assim, a região.

Muito obrigado, Sra. Presidenta e Srs. Deputados.

Grande Expediente:

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

No horário do Grande Expediente, concedemos a palavra ao primeiro orador inscrito, Deputado Elio Rusch.

Deputado Elio Rusch (DEM)

O SR. ELIO RUSCH

Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados.

Uso do horário do Grande Expediente da Sessão de hoje para discorrer sobre dois fatos importantes. Primeiro, para referência a um requerimento que apresentamos no dia de ontem e que lamentavelmente foi rejeitado pela bancada que dá sustentação ao Governo aqui na Assembleia Legislativa.

O Paraná inteiro tem ouvido falar, por parte do Governador e por parte de seus Secretários, que o atual Governo diz que já recuperou mais de 5 mil quilômetros de rodovias, outros dizem que foram 8 mil ou 10 mil e estive presente, na última sexta-feira, no dia 27, na Cidade de Cascavel, com diversos Parlamentares Estaduais, Deputados Federais, e o nosso amigo e Vice-Governador, Orlando Pessuti, que também estava presente prestigiando a reunião da AMOPE, ocasião em que se elegeu a nova diretoria dessa entidade, que, digase de passagem, é a maior Associação de Municípios no Estado do Paraná, que congrega aproximadamente 50 Municípios da Região Oeste do Estado. Ora, sempre tenho dito que quando alguém assume uma posição e fala publicamente, é importante que se dê efetivamente os números divulgados e se comprove esses dados. Como o Governo sempre está anunciando mais de 5 mil quilômetros de estradas recuperadas e o Vice-Governador Orlando Pessuti, com quem tive o prazer e o privilégio de ser Deputado Durante 12 anos aqui na Assembleia Legislativa, que hoje é o Vice-Governador, disse nessa reunião da AMOPE, onde estavam presentes dezenas e dezenas de Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores, que o Estado do Paraná tinha recuperado mais de 8 mil quilômetros de rodovias.

Ontem apresentamos um requerimento pedindo ao Governo do Estado, através da Secretaria dos Transportes, onde se localizam essas rodovias, qual é o nome da rodovia, ele liga o quê com o quê, mas infelizmente o nosso requerimento foi rejeitado e aceitamos o resultado, pois a maioria votou e a minoria perdeu - esse é o regime democrático. Mas, como o requerimento da Bancada da Oposição não foi aprovado, nos dá o direito de dizermos que o Governador do Estado do Paraná não recuperou 8 mil quilômetros de rodovias. Acho que eles colocaram um zero a mais, porque para mim foram 800 quilômetros de rodovias recuperadas e não 8 mil quilômetros, porque aonde você vai no Estado do Paraná as estradas estaduais estão precárias. Na nossa região, por exemplo, da minha querida Marechal Cândido Rondon, que liga a Porto

Mendes, que liga a Nova Santa Rosa, que vai a Maripá, que leva de Santa Helena a Missal, de Missal a Medianeira, de Missal a outras localidades e assim poderíamos citar “n” outros trechos de rodovias estaduais que estão precários.

Então, como o nosso requerimento foi rejeitado e para que eu não venha a fazer mal julgamento, espero que o Secretário dos Transportes, que deve estar me assistindo neste momento, ou alguém da Secretaria dos Transportes, por favor, Secretário Tizzot, nos informe, mande para o meu gabinete ou mande para a Assembleia Legislativa onde se localizam esses 8 mil quilômetros de estradas recuperadas por este Governo, porque se não informar e não tiver o trajeto, vou continuar dizendo que este Governo recuperou 800 quilômetros e apenas acrescentou um zero a mais na quilometragem das rodovias recuperadas no Estado do Paraná.

Um outro assunto que eu gostaria de lembrar na Sessão de hoje, diz respeito ao DETRAN do nosso Estado, principalmente do serviço realizado aqui na Capital do Estado. Nós apresentamos um requerimento aqui na Assembleia Legislativa no dia 09 de março. Em um entendimento com o Líder do Governo, ele pediu para discutir e iria apresentar as informações em relação ao requerimento que nós apresentamos, o porque do atraso da emissão dessas carteiras de motorista no nosso Estado, por que essas filas quilométricas que se formam e por que as pessoas que querem renovar a sua Carteira Nacional de Habilitação, têm que esperar tanto tempo? E a informação veio, dirigida ao Líder do Governo, e chegou em nossas mãos. E as respostas que vieram não condizem com aquilo que estávamos solicitando no requerimento.

Por esta razão, apresentamos outro requerimento e foi aprovada na semana passada. Fizemos os questionamentos e o Diretor do DETRAN respondeu o nosso pedido de informações. Mas, em momento nenhum, o DETRAN diz o que está fazendo para resolver o problema crônico em que se encontram os motoristas, hoje, que precisam renovar as suas carteiras ou fazer a primeira habilitação.

Todos sabem que o motorista, quando precisa renovar a carteira, vai ao DETRAN, tira a fotografia, colhe as digitais e o exame de vista é marcado para o mês de maio. Estamos no mês de março! O que acontece com o motorista que precisa da sua carteira para seu serviço?

O Diretor do DETRAN, informa que houve algumas resoluções do CONTRAN e devem ser cumpridas pelos DETRANS dos Estados da nossa Federação.

Todos os DETRANS sabiam que, a partir de janeiro, deveria ser implantado. Então, o DETRAN tem que adotar uma estrutura de acordo para aqueles que precisam do serviço do DETRAN. Agora, vejam o que o DETRAN disse, que está pedindo autorização para a contratação de funcionários. Ora, o DETRAN é uma autarquia. E autarquia tem autonomia financeira e administrativa. Não precisa pedir autorização nenhuma.

Também sabemos que foi feito um concurso em 2005. Não sabemos se esse concurso foi prorrogado ou não. Então, que o DETRAN do Paraná contrate, em regime emergencial, alguns funcionários terceirizados, como estão sendo terceirizados, enviados nas respostas do DETRAN. Isso sim é emergencial! O que não é emergencial é contratar uma empresa para fazer uma dragagem no Canal da Galheta, no porto de Paranaguá, depois de seis anos ter rompido o contrato unilateralmente com a empresa que teve um contrato formado com a APPA para fazer a dragagem do canal.

Mas o mais curioso de tudo isso, olhem esses números. Pedimos também quantas carteiras foram emitidas neste ano e nos últimos anos. E, pelo relatório que temos, em 2007 foram emitidas, no Estado do Paraná, 867 mil carteiras, dá uma média de 72 mil carteiras por mês. Em 2008, 1 milhão e 63 mil carteiras, que dá a média de 88 mil carteiras. Estou falando em números redondos. Em 2009, em janeiro e fevereiro, foram emitidas 164 mil carteiras, que dá a média de 82 mil carteiras. Nada mais do que nos anos anteriores.

Agora, o mais curioso de tudo é que o DETRAN tem muito dinheiro. Nós pedimos qual é o superávit do DETRAN. Vejam aqui os números, senhores paranaenses que estão em casa me assistindo e os Parlamentares. Vou falar em números redondos. O DETRAN teve um superávit, em 2005, de 96 milhões; em 2006, de 244 mil. em 2007, de 58 milhões; em 2008, de 156 milhões e 900 mil. Nesses quatro anos, o DETRAN teve um superávit de R\$ 311 milhões. Ora, se teve R\$ 311 milhões de superávit no DETRAN, em quatro anos, não é possível que o DETRAN não adote um sistema para dar um atendimento digno para as pessoas que precisam dos seus serviços. Não dá para aceitar isso!

Espero que possamos receber ainda alguma explicação plausível, porque o que me chama atenção, Srs. Deputados, é que o DETRAN sempre teve um superávit de milhões, ano a ano, e no ano eleitoral de 2006 teve apenas o superávit de 244 mil. Coincidência, não? No ano eleitoral, no ano que houve a reeleição do atual Governador, o superávit do DETRAN foi só de 244 mil e nos outros anos milhões de superávit.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Concedo um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Olha, Deputado Elio Rusch, a situação do DETRAN é vergonhosa. Isso é um absurdo! Como o senhor falou, e falou muito bem, dinheiro tem, me parece que está faltando boa vontade. Existe realmente má-vontade com relação ao descaso do DETRAN. Há alguns anos, o DETRAN recebia o auxílio da CFCs, das autoescolas. As autoescolas colaboravam e muito, faziam os encaminhamentos dos documentos. O Governo atual cancelou esse serviço das CFCs porque, segundo o Governo, existiam algumas fraudes.

Encaminhei aqui na Assembleia Legislativa, Deputado Elio Rusch, um projeto que implanta o sistema biométrico, o controle presencial. A pessoa vai lá na aula da CFC, de autoescola, coloca o dedo, e ali comprova que realmente teve a aula diariamente e aí as autoescolas poderiam auxiliar o DETRAN, inclusive fazendo os encaminhamentos, para não ter essa fila que estamos vendo em todo Estado do Paraná. Agora, praticamente todas as autoescolas já têm o controle biométrico, porque o Governo adotou o nosso projeto. Não aprovou. É normal, mas a nossa idéia foi adotada pelo Governo.

Acredito, então, que o Governo poderia solucionar esse caso imediatamente. Só não faz isso porque não tem boa vontade.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Deputado Marcelo Rangel, não sou especialista na questão de trânsito, mas sabemos que a sociedade do Paraná merece um atendimento...

O SR. TADEU VENERI (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Desculpe o Deputado que está usando a tribuna.

Só gostaria de fazer um comunicado a Casa. Foi solicitado que eu acompanhasse a reunião do Fórum. Vou me retirar por alguns minutos e retorno em seguida.

Obrigado, Sr. Presidente. Desculpe, Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Só quero dizer, Deputada Cida Borghetti, para encerrar nosso pronunciamento, que todo cidadão, independente que seja em nível municipal, em nível estadual, ou em nível nacional, merece o respeito por parte do Poder Público, principalmente nos serviços que o Poder Público presta para a sociedade. O DETRAN tem que estar preparado para isso. Não é possível que as pessoas tenham que levantar de madrugada para pegar uma senha para serem atendidas.

Não consta na resposta do DETRAN, mas, se não me falha a memória, o DETRAN fazia o exame de vista e todo serviço era prestado lá mesmo. Hoje, são credenciadas apenas duas clínicas para prestar exame de vista: uma fica no centro e outra na região de Santa Felicidade. Ora, é por essa razão que existe o acúmulo.

Espero que o DETRAN, com o dinheiro que tem, possa contratar urgentemente mais clínicas para que as pessoas que precisam renovar as suas carteiras, possam ser atendidas imediatamente e que não precisem esperar dois meses para renovar uma Carteira Nacional de Habilitação. Isso não podemos aceitar de forma alguma.

Agradeço à Presidente Cida, agradeço aos Deputados. E espero que o DETRAN do Paraná, realmente, possa realizar um bom serviço para os motoristas do nosso Estado.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

Ainda no Grande Expediente, com a palavra o Deputado Luiz Eduardo Cheida.

Deputado Luiz Eduardo Cheida (PMDB)

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA

Sra. Presidente, Deputada Cida Borghetti, demais companheiras e companheiros Deputados.

A COPEL está autorizada pela Agência Nacional de Energia - ANEEL, a comprar energia renovável vinda de biodigestores de resíduos orgânicos. Isso é tão inédito e tão interessante que a Comissão de Meio Ambiente e Ecologia da Casa resolveu convidar a COPEL, no dia de amanhã, para expor esse plano, junto com a Itaipu, a SANEPAR, algumas cooperativas, em todas confirmaram a presença.

Gostaria então de fazer um convite a todos os Deputados e Deputadas, para que amanhã, às 10h30, na sala das comissões, pudéssemos então debater esse assunto.

Para que os Deputados possam ter uma idéia, essa questão quebra um antigo paradigma, muito sério, do setor energético brasileiro, que sempre viu na produção de energia as megas obras, os gigantescos empreendimentos, imaginando que só se gera energia elétrica dessa forma. E, de repente, a ANEEL autorizou a COPEL a comprar energia elétrica dos pequenos produtores, como da Cooperativa Lar; da Granja Colombari, de São Miguel do Iguaçu; da Fazenda Star Milk, de Céu Azul; da própria SANEPAR, que produz já energia em alguns de seus empreendimentos. Isso foi uma grande vitória, onde grandes parceiros, como o Governo do Estado, através da SANEPAR e da COPEL, a Itaipu Binacional, através do engenheiro Cícero Bley, e do Presidente Jorge Samek, que através de uma planta de energia renovável, está propondo essa questão.

Por isso, me parece que essa é uma iniciativa de extraordinária envergadura e fundamental que o Parlamento do Paraná se aproprie dessas informações, porque não há dúvida nenhuma que daqui a pouco todos estaremos discutindo essa questão, formalizando os marcos legais para que isso se torne, do ponto de vista legal, possível de se fazer. Afinal de contas, isso é também, por que não dizer, não só investimentos, não só redução de custos, não só geração de energia limpa, mas é saúde também, que dentro da propriedade do pequeno proprietário, do cooperado, faz com que ele tenha, indiscutivelmente, uma vida melhor. Estamos falando de investimentos, estamos falando de redução de agressões ambientais e está se falando também em saúde e em uma nova forma de se trabalhar essa questão.

Por isso, fica aqui o convite a todos os Deputados que possam, amanhã, às 10h30, estar na Comissão de Meio Ambiente da Assembleia, debatendo com as pessoas que mais entendem dessa questão, o Presidente da

COPEL, o engenheiro Cícero Bley, da Itaipu Binacional, a própria SANEPAR, o IAP, a SEMA, e os envolvidos da iniciativa privada e do setor cooperativo do nosso Estado.

Concedo um aparte ao Deputado Cleiton Kielse.

O Sr. Cleiton Kielse (PMDB)

Primeiro, paranabenizá-lo não só pelas colocações, a parceria COPEL/Itaipu, que são fundamentais não só ao meio ambiente, mas a geração de empregos em nosso Estado. Essa parceria, não só na colaboração do Ministério do Meio Ambiente, que vamos ter a partir de amanhã, onde V. Exa. vai coordenar pela Secretaria e pela Comissão do Meio Ambiente da Assembleia, também citou a questão da saúde.

Queria aproveitar um gancho, na questão não só deste Seminário, deste encontro, e convidar V. Exa. que é médico, intensivista, que conhece profundamente os problemas de Saúde do nosso Estado e do nosso País. Hoje temos 50% da mortalidade infantil do Brasil, das crianças recém-nascidas, oriundas dessas mortes, falecimentos, de problemas cardiovasculares e cardíacos. Problemas que muitas vezes não são identificados, porque não existe tecnologia ou pessoal qualificado nos Municípios do Brasil inteiro para termos esta precocidade de investimentos científicos.

Vamos ter agora 300 Postos de Saúde da Mulher e da Criança, que o Governo do Estado está criando e construindo. Vamos entregar este ano 160 prontos, onde temos não apenas acompanhamento neonatal, mas também o pré-natal e o nascimento da criança, equipamentos que poderão facilitar, de ecocardio de todo tipo, para as mães que estão desde o primeiro mês à busca da sua criança, da sua filha, do seu filho.

Nesta sexta-feira, Deputado Cheida e demais Deputados, inicia um curso em uma parceria da Associação das Esposas dos Deputados Estaduais, das próprias Deputadas, com a Fundação Constantini, o maior hospital cardiovascular, de cirurgias cardíacas da Região Sul do País, onde teremos os maiores cientistas na área de atendimento e de exames pré-natal, dentro do útero das mulheres, buscando com que as crianças tenham não só uma recepção pela vida, mas com qualidade de vida.

Cito isso, porque não fui só um exemplo e, talvez, tenha levado o maior susto da minha vida. A minha filha nasceu perfeita e começou a ficar debilitada, e quiçá por causa de uma médica que estava de plantão, consegui salvar a minha filha buscando uma UTI de imediato. Aí, vim descobrir que ela teria um problema muito sério, cardíaco. Não é segredo e ela fez a cirurgia. Hoje, graças a Deus, a Georgia está com um ano e sete meses, mais linda do que nunca. A minha vida hoje anda perfeitamente.

Convidar a todos os Deputados que comuniquem as suas bases eleitorais. Em Londrina, que temos mais de 500 médicos, especialistas nesta área, que venham aqui no Hospital Costantini nesta sexta-feira e sábado no auditório, juntamente com o próprio Constantini, com o Dr. Nelson Etiro Miague, que é o maior especialista,

hoje, do País, à questão de exames neonatais e em fetos, na questão cardiovascular. Vamos entregar os convites pessoalmente a cada Parlamentar, a cada amigo aqui do Paraná que queira estar presente neste curso que será fantástico. Estarei presente junto com os demais Prefeitos da nossa base. Convido os Prefeitos das bases de todos os Deputados. Não é uma questão política e, sim, humana.

Queremos que a mortalidade infantil chegue a zero. Neste caminho da redução 50% das mortes são por problemas cardiovasculares. Ainda no ventre, como disse o Dr. Miague, em mais de 80% são casos que podem ser tratados ainda dentro do ventre.

Estamos para fazer um curso ainda maior, para o mês de julho, junto com o Hospital Pequeno Príncipe, com o Costantini e com a Associação dos Deputados.

Obrigado pelo aparte.

O SR. LUIZ EDUARDO CHEIDA (PMDB)

Agradeço o aparte e quero parabenizá-lo, porque esse é um tema perfeitamente atual.

Muitos acham que é um problema apenas técnico, que não merece maiores atenções. Como V. Exa. muito bem disse, é um trabalho preventivo, que fará com que 80, 90% das eventuais mortes sejam evitadas.

Mas terminando, nobres Pares, gostaria de deixar mais uma vez o convite a todos, para que amanhã, às 10h30, na sala de reuniões, a Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, com seus membros e demais convidados, possam se assenhorar desta que é uma das grandes iniciativas que temos no Estado, no setor energético, a compra pela COPEL de energia elétrica produzida pelo pequeno proprietário, por aquele que muitas vezes é marginalizado e que paga uma tarifa alta de energia elétrica. Não só ele poderá vender à COPEL, como também, afeitando lucros, poupar o seu estabelecimento rural de grandes dissabores.

Muito obrigado, Sra. Presidente, demais Deputados.

Horário das Lideranças:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Bloco PPS/PMN, com a palavra o Deputado Felipe Lucas.

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Felipe Lucas (PPS)

O SR. FELIPE LUCAS

Sra. Presidente, demais componentes da Mesa, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

O que me traz hoje aqui é para falar um pouco da nossa Região Centro-Sul e Sul do Paraná. O que quero dizer especialmente ao nosso Governo do Estado, que nós queremos e temos o direito de ter uma vida melhor.

Queria com isso, fica um pouco difícil, mas na verdade nós da Região Sul e Centro-Sul do Paraná, temos

um esquecimento muito forte na questão rodoviária. Queria falar aos Deputados que ontem fiquei em dúvida se os apoiava ou não, mas acho que precisamos andar sempre por um caminho de construção. O que quero dizer com isto é que temos uma estrada que liga São Mateus-Rebouças-Irati e que hoje, com um trabalho sendo feito pela PETROBRAS, ela chega a ter 45 quilômetros para a sua pavimentação. É uma estrada onde passam hoje mais de 20 ônibus de universitários que vem de São Mateus para Irati. Tem um fluxo diário intenso, feito pelo DER local, de carros e caminhões.

Quero também levar a esses Parlamentares que moram e têm votos na região, entre eles Deputado Aníbel Ili, que conhece bem a região, Deputado Valdir Rossoni, Pedro Ivo, Nelson Justus, de que estamos terminando uma votação aqui hoje, quando o Deputado Traiano dizia que um Centro Judiciário, que na verdade é um estacionamento e lá se deixa de atender 150 mil pessoas na região. Talvez com esse mesmo valor financeiro poderíamos pavimentar - queria dizer muito claro que apoio também a questão do Centro Judiciário, mas precisamos olhar de uma forma diferente.

Queria que o nosso Secretário dos Transportes, o Rogério Tizzot, conhecesse a estrada, conhecesse sua forma, como está feita.

Então, é uma estrada que precisa de uma pavimentação e é necessário que o Secretário pelo menos autorize o projeto, que é muito importante, é de suma importância. E a vida é muito curta, o tempo é muito rápido para pensar o que poderia ter sido feito.

Então, vamos trabalhar pelo que pode ser feito. Mas queria falar mais uma coisa: infelizmente o nosso orçamento, precisamos de um orçamento impositivo, porque o nosso orçamento é autorizativo. Um orçamento autorizativo, Deputado Cheida, nós simplesmente autorizamos, mas conhecemos a região e infelizmente não podemos dizer que a nossa região poderia ser melhorada.

O Sr. Stephanes Júnior (PMDB)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

A respeito do orçamento impositivo, isso seria uma maneira importante até de moralizar a política no Brasil, não só no Paraná, porque hoje, como não há nenhuma obrigação de se cumprir o orçamento, ele vira uma peça de ficção e depois o Deputado fica amarrado. Ele tem que ficar votando com o Governo para poder, o seu Município, ser atendido.

Então, é até uma maneira de moralizar a vida pública, porque há uma situação entre o Executivo e Legislativo que não é correta. Uma maneira que normalmente o Poder Executivo usa para amarrar um Deputado é esta: se você votar comigo eu te libero as emendas orçamentárias, se não, não.

Muito obrigado.

O SR. FELIPE LUCAS (PPS)

Deputado Stephanes, com toda razão o senhor coloca uma situação que precisamos trabalhar no Brasil mesmo. Quando o orçamento é do jeito que é hoje, autorizativo, nós precisamos, de toda forma, como o senhor disse, um orçamento impositivo, porque hoje onde se determina, deveria ser cumprido. Então, onde a Assembleia determina, de toda forma seria cumprido e não viria aquela história de balcão de negócios, não viria mais aquela história de fisiologismo, hoje, que nos atribuem uma série de coisas, porque aí o orçamento seria cumprido na sua íntegra e nós estamos aqui, na verdade, para autorizar um orçamento.

Então, o meu pedido hoje, novamente, aos Srs. Deputados, Sras. Deputadas, que de fato quando vamos votar aqui hoje em sua última votação a autorização, acho que tem fundamento, mas que também teria um fundamento muito mais importante quando você fosse atender 150 mil pessoas e deixasse que quando elas fossem, percorrer esse trecho hoje, de 45, 48 quilômetros, elas percorram um trecho de 150 quilômetros para chegar à mesma distancia.

Era só, e eu gostaria muito de que todos pudéssemos olhar com carinho, principalmente estas questões, quando elas são grande para uma questão só e deixam, às vezes, de atender uma grande população.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Ainda no Horário das Lideranças, PMDB. Com a palavra o Deputado Waldyr Pugliesi.

Liderança do PMDB: Deputado Waldyr Pugliesi

O SR. WALDYR PUGLIESI

Sr. Presidente, Srs. Deputados, subo a esta tribuna para simplesmente fazer um registro, retornando a 31 de março de 1964.

Naquela época, aqui no Brasil, tínhamos um Governo legítimo, que saiu das urnas, mas uma campanha das elites do Brasil, daqueles que não abriam mão de nada, fez com que tivéssemos aqui um golpe militar contra as instituições.

Aqui, Deputados, está nesta tribuna o Vitório Sorotiuk. Lá naquela época o golpe militar, Sorotiuk comandava o Diretório Central dos Estudantes, a do Hugo Simas, e era dirigente do DCE.

Pois bem, por ir as ruas como eu fui e tantos outros fomos, ele foi preso e ficou dois anos e 10 meses na cadeia, porque se levantou contra a ditadura militar que estava se implantando. Teve que ir embora do País, foi para o Chile, ficou exilado na Europa, como ficou o José Serra que hoje está pretendendo ser Presidente da República, o Arraes, o Brizola, tantos outros companheiros tiveram que fugir do País, senão seriam assassinados como tantos outros foram assassinados.

Lembro-me, Sr. Presidente, que naquela época também tínhamos parece que uma combinação aqui neste País. As instituições foram atacadas de cima a baixo, queriam destruí-las. Logicamente que para destruir as instituições precisavam golpear as Câmaras Municipais de Vereadores, as Assembleias Legislativas, o Senado, a Câmara Federal e fizeram tudo isso por quê? Porque o povo brasileiro estava se organizando. Os trabalhadores estavam sendo sindicalizados para defender os seus direitos, para alcançar, neste País, o mínimo de dignidade. As mulheres se concentravam na Federação Nacional das Mulheres, os estudantes na União Nacional dos Estudantes.

Então, aqueles que mandam no País, ou pelo menos mandavam de maneira muito grande, desde 1500, resolveram golpear as instituições. Nós fomos taxados de quê? De inimigos do Brasil. Éramos subversivos. Queríamos destruir a Nação, para entregar a Nação, não é, Deputado Anibelli, a União Soviética.

Até hoje, decorridos todos esses anos, eu não vejo nada daquilo, na prática, que eles diziam que iria acontecer, acontecendo.

Então, foi uma campanha estudada, planejada, com a presença hoje, com a vida a público de documentos secretos do Governo norte-americano, vemos a presença da Embaixada Americana, dos dirigentes americanos na feitura do golpe militar, esta contra-revolução que foi desencadeada aqui, no dia 31 de março de 1964.

Não tem importância nenhuma, mas lembro que neste dia eu estava, juntamente com os trabalhadores do Sindicato dos Ensacadores de Café de Arapongas, fazendo uma manifestação contrária ao golpe militar que estava sendo desencadeado.

Lá na Prefeitura Municipal da minha Cidade, naquela época, estavam lá o Judiciário, o Ministério Público, o Prefeito, todos os Vereadores. Menos eu. Estavam todos lá, agachados diante daqueles que estavam rasgando as leis, a Constituição que imperava aqui no País.

Então, muitas vezes falam assim: “Olha, mas você está brabo?” Não! Estou indignado, porque eu tive companheiros quer foram assassinados e nós não vamos nos esquecer nunca disto! Nunca!

Os da imprensa: qual a liberdade que eles tinham de colocar seus pensamentos? O que é que fizeram com o Chico Buarque, com o Caetano, com o Gil? Tiveram que ser corridos do País. E parece que tem gente que tem saudades desses tempos malditos da ditadura militar aqui no País.

Olha, sem lei impera a selva. Se não tivemos instituições fortes e respeitadas, a democracia corre risco novamente. E Ulysses Guimarães, quando promulgou a Constituição de 1988, ele ao nosso lá, os constituintes, ele falou mais ou menos isso: “Nós temos ódio e nojo à ditadura! Nós queremos que das urnas nasça o verdadeiro poder, para que aqueles que estão legitimados pela democracia possam governar os Municípios, o Estado e o País. Mas não queremos a volta do regime discricionário. Nem aqui e nem em nenhum lugar do mundo. É isto o que nós pretendemos.”

Portanto, companheiros, alguns viveram estes momentos. Alguns foram sacrificados. Lembro-me até aqui, nesta tribuna, quando estava falando a respeito do assassinato que as autoridades fizeram, quando mataram o Wladimir Herzog. E em defesa, o rabino Sobel se negou a fazer o sepultamento do Wladimir Herzog no espaço do cemitério dos judeus, onde está reservado para aqueles que se suicidam. Ele falou: “Não vou enterrar o Herzog neste espaço, porque ele não se suicidou; ele foi assassinado pela ditadura militar.”

Dali alguns dias o mundo tomou conhecimento que aqui no País se matava aqueles brasileiros que discordavam do Governo que estava implantado aqui, de maneira irregular e ilegal. E aí o Rabino e Dom Paulo Evaristo Arns, lá na catedral de São Paulo, fizeram um ato ecumênico e dali para frente a ditadura perdeu força, ela foi derrapando para a lata de lixo, que era o lugar onde ela deveria chegar.

Esta é a nossa visão. Como estamos num País plural, como é o meu partido, onde as idéias podem vicejar mesmo sendo contraditórias, quero dizer que esta é a nossa verdade. Não concordamos nunca com aquilo que fizeram no dia 31 de março de 1964. Éramos muito jovens, mas aqueles acontecimentos ficaram na nossa memória. E não esquecemos nunca mais daqueles anos de chumbo a que foram submetidos todos os brasileiros!

A SRA. PRESIDENTE (**Cida Borghetti**)

No horário da Liderança do Democratas, com a palavra o Deputado Plauto Miró Quimarães.

Liderança do DEM: Deputado Plauto Miró

O SR. PLAUTO MIRÓ

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Amanhã é 1º de abril, que no nosso País é o “dia da mentira”, mas aquilo que aqui vou falar não é mentira, é verdade. Amanhã entra em vigor o aumento da alíquota do ICMS, resultado daquela minirreforma tributária que a Assembleia Legislativa do Paraná tanto debateu no mês de dezembro e aprovou. Para vocês terem uma idéia, teremos na gasolina, em especial aquele proprietário de veículo, o motoboy, o motorista de táxi, irão pagar na bomba 5% a mais no preço da gasolina. E por quê?

A alíquota do ICMS subiu dois pontos, de 27 para 29%, e isso coloca no produto final um aumento de 5%. Isso vai fazer com que, aqui na Capital do Estado, tenhamos um aumento da gasolina de R\$ 2,49 para R\$ 2,59. Isso não sou eu quem estou falando, mas o Presidente do Sindicato Varejista de Combustíveis, que tornou público, dias atrás, esse aumento que vai acontecer como resultado daquele projeto que o Governador do Estado tanto defendeu e fez com que a maioria dos seus Deputados nesta Casa viesse a aprovar esse aumento da alíquota.

Também a conta de energia elétrica, quando ligarmos a televisão, quando acendermos a luz e tomarmos banho no chuveiro elétrico, vamos estar pagando mais pela energia elétrica, porque o ICMS da energia vai receber também um aumento, a alíquota aumentou dois pontos, de 27 para 29%. Aqueles que gostam de falar ao telefone, muitas vezes até por profissão, vão pagar mais alto na telefonia, porque o telefone fixo vai subir, o telefone móvel, o celular também vai subir, e no final do mês o cidadão que utiliza os serviços de telefonia vai pagar também um aumento porque a alíquota do ICMS subiu de 27 para 29% e o resultado de tudo é o aumento nesses produtos, mais indiretamente o aumento nos demais produtos, porque a indústria se utiliza da energia elétrica para poder transformar a matéria-prima em produto final e, naturalmente, o custo da energia, da gasolina e das telecomunicações vai fazer com que os demais produtos ganhem, lá no final, um aumento do seu custo, onde o consumidor final vai pagar a conta.

Em troca de tudo isso, o Governador do Estado dizia que pretendia, com a reforma tributária, beneficiar a população de baixa renda. Na verdade, alguns itens receberam a diminuição da alíquota do ICMS, só que cabe aos supermercados repassarem ao consumidor essa diminuição do ICMS, porque a energia elétrica, a gasolina e a telefonia, na hora em que fomos pagar a fatura no banco, esse aumento já está embutido e não tem como deixarmos de pagar o aumento do ICMS desses três itens, e aqueles itens que votamos aqui para poder fazer com que diminuísse o valor, o preço lá no supermercado. Não cabe ao Governo e não cabe a nós, Deputados, mas cabe, sim, ao supermercado decidir se vai repassar essa diminuição da alíquota ou não.

E o Governo Roberto Requião está preocupado, está publicamente em todos os jornais, se vai chegar ao consumidor a diminuição da alíquota do ICMS que a Assembleia Legislativa votou. Só que ele pede que o cidadão paranaense aja como os fiscais lá do tempo do Sarney. Em 1996 eles fiscalizavam que o congelamento pudesse ser cumprido. E víamos periodicamente nos supermercados o confronto de consumidor com funcionários de supermercados, alegando que os preços não estavam mais congelados, estavam aumentando. E aqui no Estado do Paraná vai caminhar no mesmo sentido, o Governador pede à população paranaense se não encontrarem desconto nas mercadorias, que acessem o site do Governador Roberto Requião denunciando que os produtos não estão recebendo a diminuição do ICMS.

Está aí, o paranaense vai pagar, não tem como fugir do aumento da energia, da gasolina e do telefone. Os outros produtos que receberam a diminuição, não têm como controlar.

Vamos aguardar e ver que amanhã, a partir de 1º de abril, “dia da mentira”, mas isso que estou falando não é mentira, é verdade.

Concedo um aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Parabéns pelo seu pronunciamento. A partir de amanhã a gasolina vai subir 10 centavos. E falamos na ocasião da aprovação dessa lei sobre esse aumento. Falamos também do aumento da energia elétrica e da telefonia, que poderia ser repassado aos contribuintes.

Pois bem, a Oposição apresentou uma emenda, e que hoje foi alvo de discussão na Escola de Governo do Governador Roberto Requião. O Governador falou de uma lista que estará presente em todos os supermercados do Estado do Paraná, a partir de amanhã, com os produtos que vão sofrer redução de ICMS. Esta é uma emenda que foi proposta pela Oposição, foi de nossa autoria, para que as pessoas possam fiscalizar se houve ou não a diminuição dos preços desses produtos. Mas existe uma preocupação de todos nós com relação ao aumento da gasolina, pois vai acarretar um aumento sucessivo em todos os produtos. E vamos acompanhar, através dessa lista, e poderemos revisar ou rever essa lei que foi aprovada aqui nesta Casa.

E com relação à discussão do ICMS sobre o diesel, que também foi aventada hoje na “escolinha” de Governo, falamos sobre isso, sobre a questão do benefício e diminuição do ICMS do diesel para baratear o consumo para todos os paranaenses.

Então, parabéns pelo seu pronunciamento, e o nosso trabalho, neste momento, tem que ser reconhecido. Muito obrigado!

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Agradeço suas palavras e aguardamos esse anúncio que o Governador fala em diminuir a alíquota do óleo diesel, um combustível que faz com que a nossa economia possa girar.

Concedo um aparte ao Deputado Elio Rusch.

O Sr. Elio Rusch (DEM)

O Deputado Marcelo Rangel já fez as considerações que gostaria de fazer. Mas, apenas para deixar registrado que, a partir de amanhã, como V. Exa. bem disse, é dia 1º de abril e o imposto no Estado do Paraná vai aumentar. Só existe uma coisa que confirma os atos de cada pessoa: é o tempo.

Nas Audiências Públicas que tivemos, inclusive em sua Cidade, em Cascavel, em Guarapuava, Londrina, em Maringá, enfim, em tantos Municípios onde a Assembleia Legislativa, por meio do Presidente Nelson Justus, do Deputado Alexandre Curi, nosso 1º Secretário, e da Comissão de Constituição e Justiça, presidida pelo Deputado Durval Amaral, discutiu com a sociedade essa reforma tributária no Estado do Paraná.

Nós dizíamos, no ano passado, que essa reforma tributária só tinha um objetivo: engordar o caixa do Governo do Estado. E vamos sentir isso. E a sociedade do Paraná vai sentir, a partir de amanhã, que essa reforma tributária só teve um objetivo: beneficiar o Governo do Estado. V. Exa. foi muito feliz quando disse que uma cer-

teza tem: o aumento da carga tributária virá, porque não tem como sonegar; porque está embutido na conta. No entanto, aquilo que será descontado, 95 mil itens, só Deus sabe se isso efetivamente vai acontecer.

O SR. PLAUTO MIRÓ (DEM)

Agradeço seu aparte, Deputado. E encerramos aqui nosso pronunciamento, deixando aqui registrado o resultado daquilo que tanto se discutiu nesta Casa, que foi a votação da minirreforma.

Espero que aqueles itens que receberam uma diminuição possam chegar ao consumidor final, mas eu pessoalmente, desde o debate de dezembro, deixei claro: acho difícil que repassem ao consumidor final a diminuição das alíquotas que esta Casa votou, para poder beneficiar as famílias paranaenses de menor poder aquisitivo. Vamos aguardar e vamos ver.

Obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Lucas)

Em nome dos Deputados Ademir Bier e Elton Welter, esta Casa registra a presença do Prefeito Natal, do Município de São Pedro do Iguaçu. Seja bem-vindo.

Liderança do PSDB. Com a palavra o Sr. Deputado Ademar Traiano, por 10 minutos.

Liderança do PSDB: Deputado Ademar Traiano

O SR. ADEMAR TRAIANO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Volto à tribuna, na tarde de hoje, para repercutir algo que já havia falado há questão de um mês atrás, com relação à situação do hospital regional de Francisco Beltrão. Deputada Luciana, sei da sua luta para que essa obra fosse viabilizada em Francisco Beltrão, e realmente é uma obra que engrandece a região, promove a região. Espero que possamos, tão logo ou imediatamente o Governador entregue a obra, fazer com que ela possa estar à disposição da gente da Região Sudoeste do Paraná.

O que me traz aqui, mais uma vez nesta tribuna, é para me reportar a um movimento que os credores do hospital regional de Francisco Beltrão estão fazendo, no dia de ontem e no dia de hoje. Paralisaram a entrada do hospital regional, dormiram, acamparam, nesta noite, protestando pelo não recebimento das contas. A empresa que contratou e ganhou a concorrência deixou em Francisco Beltrão uma pendenga muito grande de dívidas e não está cumprindo com os compromissos.

Lembro que daquela tribuna o Deputado Caíto Quintana afirmava que não era responsabilidade do Governo o pagamento dessas pendências. Eu até entendo a manifestação do Deputado Caíto e vejo que, realmente, não é obrigação do Governo, mas o Governo contratou uma empresa e como tal tem a responsabilidade de parceria, de corresponsabilidade no cumprimento e no paga-

mento das compras efetuadas em Francisco Beltrão com essa empresa. A empresa é concordatária e, lamentavelmente, os empresários tiveram que tomar uma medida drástica, indo para a frente do hospital, fechando a entrada do hospital como protesto pelo recebimento dos recursos que chegam à casa de quase R\$ 500 mil.

Eu entendo e faço um apelo aos Deputados do Governo, está o Deputado Romanelli, aqui nos fundos, para que gestionasse. Deputada Luciana, V. Exa. que tem uma facilidade de acesso ao Governo, ao Secretário da Saúde, que buscasse uma alternativa para resolvermos essa situação. Se formos esperar para que a empresa saia dessa situação concordatária, dois anos os empresários terão que esperar para receber. E são pequenas empresas que correm o risco de ir à falência se não receberem aquilo que têm de crédito com essa empresa em Francisco Beltrão.

Amanhã o Governador Roberto Requião estará visitando o hospital regional e já tomamos conhecimento, é público e notório, a imprensa está noticiando, e faço um apelo, aqui, ao Governador, não o acuso, até porque a obra realmente é de uma magnitude enorme, mas que tome essa providência. Parece-me que há uma pendência junto à própria Secretaria da Saúde, que esta empresa ainda tem um crédito a receber, quem sabe, que com a gestão dos Deputados pudéssemos bloquear esse valor e efetuar os pagamentos aos credores, para que possamos sanar definitivamente essa situação, porque o que se ouve não é a empresa que deve, é o Governo que deve. Acho que para não macular a imagem do Governo era importante e oportuno que tomássemos essa providência, no sentido de garantir, se é que existe o crédito, em benefício da empresa que esse crédito fosse bloqueado e que as contas fossem realmente pagas para os empresários de Francisco Beltrão.

Faço esse pronunciamento não apenas pela vontade de vir aqui fazer uma crítica ao Governo. Pelo contrário, até porque ontem, quando eu me pronunciava aqui no movimento dos sindicalistas, os empresários me ligavam, insistentemente, para que eu levantasse o assunto aqui nesta Casa, não o fiz e faço na tarde de hoje e peço o apoio dos Srs. Deputados para que possamos encontrar a solução.

Concedo um aparte à Deputada Luciana Rafagnin.

A Sra. Luciana Rafagnin (PT)

Deputado, quero me somar à sua preocupação com relação aos empresários de Francisco Beltrão, que realmente têm a receber. E sabemos que o momento de crise por que passa o País e por que passa o mundo, imagine os empresários que forneceram, estiveram prestando serviços a essa empresa e hoje não conseguem receber. Então, imagino a situação dos empresários.

Quero aqui ser solidária à luta dos empresários no hospital regional, sei que há muito tempo eles estão buscando receber dessa empresa. Agora, uma coisa precisa ficar bastante clara, Deputado Traiano: buscamos junto

ao Secretário Gilberto Martin se realmente tinha alguma coisa que o Estado estivesse devendo à empresa. O Estado não está devendo à empresa, o Estado apenas está devendo à empresa a última parcela, que vai repassar quando a empresa entregar a obra. Não tem como o Estado repassar a última parcela sem a empresa entregar a obra. Então, existe esse impasse com relação à última parcela, mas não existe dívida do Estado com a empresa, o Estado pagou em dia, conforme estava no contrato.

Agora, me somo à sua preocupação e acredito que temos que, aqui, buscar um entendimento e até mesmo ver se é possível que essa última parcela seja assegurada aos empresários, para que eles possam então receber, porque sabemos que passam por uma situação difícil, podem demitir muita gente, e não queremos que isso aconteça no nosso Município de Francisco Beltrão, que V. Exa. também representa, e representa muito bem.

Claro que queremos nos somar, neste momento, e buscar uma saída. Acho que é possível conversar e vamos ver se conseguimos entrar nesse entendimento, se o Estado consegue repassar para os empresários e não para a empresa essa última parcela. Mas, no mais, é importante que fique bem claro que o Estado não está devendo, porque o Estado cumpriu com o que estava no contrato. Quem não cumpriu foi a empresa e quem tem que pagar os fornecedores é a empresa que hoje se diz falida.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Agradeço o aparte, Deputada Luciana, e sei também da sua preocupação, mas eu vejo da seguinte forma: se o estado tem o compromisso e a responsabilidade ainda de efetuar a parcela final para a conclusão da obra, e a empresa é concordatária, na minha visão, ela dificilmente vai concluir a obra, pelas dificuldades de ordem econômica que vem enfrentando. Aí sim, entendo que o Estado deveria encontrar uma brecha jurídica, no sentido de criar uma alternativa para chegar a uma solução que possa contemplar os empresários e da mesma forma encontrar o caminho para a conclusão da obra. Porque a obra, inacabada não pode ficar, sob pena de ser responsabilizado o próprio Governo, pelo pagamento até então daquilo que já aconteceu.

Acho que esta medida é plausível. Gostaria de fazer esse apelo mais uma vez, aos Srs. Deputados, ao Líder do Governo, aos Deputados Caíto e Luciana, nós que somos da região, para que gestionássemos junto ao Secretário da Saúde, buscando esta solução, esta alternativa jurídica, quem sabe, para equacionarmos esses problemas.

V. Exa. sabe que apenas uma empresa que promove pintura, elabora placas, tem um crédito de R\$ 50 mil. Se não receber, significa que essa empresa, com certeza, também irá à falência ou para a concordata. Esta preocupação é enorme.

Manifestar aqui essa nossa preocupação e pedir o seu empenho e dos Parlamentares da região, para que busquemos, em conjunto, esta solução e possamos

encontrar uma alternativa definitiva para resolvermos este problema definitivamente.

Muito obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

Liderança do PSDB; Liderança do PDT; Liderança da Oposição.

(**Declinam**)

Liderança do Governo. Concedo a palavra ao Deputado Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Em primeiro lugar, Deputada Luciana Rafagnin, obrigada por ter participado da entrega da última parcela desse programa de habitação fantástico, que tive o prazer de iniciar, para atender as famílias de pequenos agricultores da Agricultura Familiar. É muito importante. Eu diria que em uma certa medida, a senhora, Deputada Luciana, é a madrinha do Programa de Habitação Rural, que envolve especialmente as Cooperativas de Crédito Solidário, a FETRAF, essas instituições que prestam relevantes serviços públicos.

Dizer, Sr. Presidente e demais integrantes desta Casa, que tenho ouvido aqui os pronunciamentos e o Deputado Elio Rusch tem se pronunciado como se ele fosse uma espécie de ombudsman, em relação ao DETRAN. Eu queria, Deputado Elio Rusch, que V. Exa. pudesse pegar uma avião - pago a passagem do meu bolso - e fosse lá reclamar para o CONTRAN e o DENATRAN as alterações que eles fizeram na legislação que regulamenta a expedição e a renovação das carteiras de habilitação no Paraná e no Brasil como um todo.

Todos sabem que tivemos, por conta de uma mal-fadada resolução, a possibilidade da pessoa se inscrever ainda no ano de 2008, com as regras anteriores, para que em 2009 ela pudesse fazer a primeira habilitação ou a renovação da carteira. Vimos que mais de 90 mil motoristas fizeram esse procedimento, por conta de uma alteração havida na legislação federal, que regulamenta o tema. Ou seja, os órgãos que têm competência legislativa, no sentido administrativo, para poder regulamentar a matéria, alteraram as disposições e tivemos um primeiro trimestre de certa forma com um número de 90 mil pessoas a mais daquilo que é regular num atendimento promovido pelo Departamento de Trânsito do Paraná.

Por outro lado, também estão sendo tiradas fora desse sistema aquelas empresas, especialmente os CFCs que não estão trabalhando de acordo com aquilo que nós pretendemos de instituições sérias, que possam prestar um serviço à comunidade. E não fazer como muitos, lamentavelmente, têm feito, a venda da carteira de motorista, para que tenhamos acidentes pavorosos por conta

da inabilitação de pessoas que deveriam ter sido qualificadas.

O fato é que o Departamento de Trânsito vai muito bem, sim. O dinheiro que é economizado é muito bem aplicado no programa de recuperação das rodovias no Estado. Nós tínhamos rodovias que eram completamente destruídas e foram construídas com o dinheiro da seriedade. Porque antes desse Governo não sobrava dinheiro no DETRAN. Sabe por que não sobrava, Deputado Ney Leprevost? V. Exa. imaginava, virou escândalo de jornais, dos processos judiciais, das pessoas que foram detidas porque o dinheiro era desviado para contratos nefastos na área da informática. Desviava-se dinheiro que circulava por muitos gabinetes deste Centro Cívico.

E agora, Deputado Dobrandino, Deputado Pugliesi, V. Exa. inclusive, Secretário dos Transportes, pôde pegar o dinheiro que era desviado e aplicar para poder recuperar as rodovias. Diferente do que acontecia anteriormente.

Por isso, quando o Deputado Elio Rusch vem à tribuna e fica lendo quando que é o superávit, superávit está à honestidade, porque não aumentamos taxa nenhuma. É o dinheiro que é bem aplicado, que é corretamente gasto, cada vez mais o DETRAN tem tido essa postura de aplicar bem o dinheiro que é pago das taxas do seu trabalho.

Por isso, Deputado Elio Rusch, quero que V. Exa. vá mesmo à tribuna e divulgue quantos milhões de reais temos investido na recuperação das rodovias, porque esse dinheiro, Deputado Traiano, V. Exa. sabe por qual ladrão escorria esse dinheiro. E não era pouco dinheiro, nós sabemos disso.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Deputado Romanelli, gostaria de um aparte, V. Exa. se reportou a mim agora.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Digo a V. Exa. porque ouvia falar sobre esse tema. V. Exa. também sabia, Deputado Elio Rusch. Sabia muito bem como era mal aplicado.

Temos hoje dinheiro público que é bem aplicado, dinheiro que é bem investido, porque o Governador Requião quando escolhe, primeiro escolheu o hoje Deputado Federal Marcelo Almeida e agora o Coronel Pancotti, que são pessoas corretas, honestas, gente que aplica bem o dinheiro público. Por isso que a mudança incomoda muita gente.

E ao mesmo tempo, quero dizer a V. Exas: vão quebrar a cara, numa linguagem bem da "escola Belinati-ana de comunicação", aqueles que ficam falando mal da reforma tributária. Nós experimentamos o efeito positivo nos materiais escolares. V. Exas. sabem, os próximos 10, 12 dias serão os dias em que naturalmente as famílias fazem um esforço, as que têm criança pequena, para comprar os votos de páscoa.

Basta ver, inclusive, as notícias, vai reduzir por conta da reforma tributária, no mínimo 6% o valor dos

ovos de Páscoa, do chocolate que vai se vendido nesta Páscoa. Ora, Exa., temos milhares de itens que vão estar sendo reduzidos os preços em 8%.

Então, quero dizer o seguinte: o preço da gasolina, vamos esperar o preço da bomba, e primeiro que não dá, matematicamente, nem 10 centavos de reajuste no preço da gasolina; é menos de sete. Mas, mais do que isto, a gasolina no mês de abril vai ter, ou vai ser mantido o preço, ou vai ser reduzido o preço. E vão quebrar a cara aqueles que ficam afirmando o contrário.

O Sr. Elton Welter (PT)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Romanelli, ontem já me pronunciava que era o momento de as donas de casa, os cidadãos, os consumidores serem os fiscais do Paraná dessa lei que votamos aqui.

Eu não tenho dúvida que o poder de compra do povo paranaense e brasileiro não se perderá. A prioridade número um do Governo Federal é manter o poder aquisitivo do assalariado, do salário-mínimo, e não ter inflação. Isto nós estamos conseguindo. Está havendo índices de desemprego em função da crise. É verdadeiro isso, mas as medidas estão sendo tomadas de forma adequada no Estado.

Existe um comitê permanente de discussão disto aqui no Estado. Os setores estratégicos da economia que podem procurar e discutir com o Governo, junto com os trabalhadores, vamos buscar possíveis soluções dentro dos limites que o Estado tem de reduzir ou acionar políticas públicas para promover o emprego e para que a crise não se estenda ainda mais dentro do nosso Estado.

Ontem mesmo o Presidente Lula anunciou a redução do IPI para os produtores da construção civil. Que medida extraordinária! Quem via os líderes do PSDB elogiando a medida da redução do IPI dos veículos que dão efeito direto na garantia dos empregos das empresas que fabricam veículos no País.

Então, não tenho dúvida, V. Exa. que é Líder do Governo, que as medidas anunciadas que agora entram em vigor, a partir de amanhã, refletirão diretamente no dia a dia de cada trabalhador, onde baixará o custo do consumo daqueles produtos que tiramos os impostos, de 25 para 12, em alguns casos, e de 18 para 12.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, até por uma questão de lealdade, preciso dar um aparte para o Deputado Ademar Traiano me explicar bem o esquema do que acontecia com o dinheiro do DETRAN, que faltava e agora sobra. Sem tropeço, me explique, Deputado Traiano.

O Sr. Ademar Traiano (PSDB)

Isto cabe ao seu Governo apurar. Até o momento o seu Governo ainda não apurou.

Mas quero apenas lhe dar um conselho agora. V. Exa. é um grande fiscal do pedágio e está aqui afirmando taxativamente que a cesta básica vai cair, 95 mil itens da cesta básica vão cair de preço. Então, convido V. Exa. para, a partir do dia 2, não amanhã, porque é o “dia da mentira”, V. Exa. vá à porta do supermercado, acompanhe, fique lá de fiscal do povo para ver se realmente os 95 mil itens vão baixar.

Apenas este conselho quero lhe dar.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, quero concluir dizendo o seguinte: É isso mesmo, Deputado Traiano, como tenho lutado para baixar o preço do pedágio, vamos baixar os preços das mercadorias e, olha, vai ter gente aqui de queixo caído durante esse mês de abril. Porque a redução do preço já aconteceu no material escolar e vai acontecer especialmente no supermercado e no varejo.

Porque, olha aqui, V. Exas. são neoliberais. V. Exa. inclusive Deputado Traiano, conhece bem o mercado, sabe que quando tira imposto reduz o preço final do produto. V. Exa. conhece muito bem os segmentos e os benefícios da redução do imposto.

O Sr. Antonio Belinati (PP)

Acho que todos nós vamos ter que fiscalizar, já que votamos uma lei beneficiando os donos de supermercados. Agora, cabe a todos nós fiscalizarmos, porque tem que baixar mesmo o preço da comida que é vendida para o povo.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

O Deputado Belinati tem razão e é o seguinte: temos que fiscalizar, o IPARDES vai acompanhar, eu, o Deputado Reni Pereira, o Deputado Durval Amaral, nós incluímos por conta de uma emenda no substitutivo geral, o IPARDES vai fazer o acompanhamento com o PROCON. Vamos ter o registro desses preços. Não tenho dúvida, o preço da mercadoria já foi reduzido. O preço do material escolar vai ser mais reduzido. O Governo do Presidente Lula está no caminho correto agora, na redução dos impostos.

Sr. Presidente, eu queria falar sobre habitação e sobre as mudanças que o Governo Federal tem que fazer no pacote que lançou, porque senão não vamos atender mais de 360 Cidades no Estado do Paraná.

Mas eu só falo na Sessão de amanhã, no Grande Expediente, sobre habitação.

Obrigado.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE (Felipe Lucas)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 305/09, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, sugerindo à mesa que seja oficiado ao Sr. Secretário de Estado da Fazenda, o parcelamento de multas e de estadias de veículos retidos nos pátios do DETRAN/PR. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 306/09, de autoria do Deputado Pedro Ivo, constante do expediente, propondo ao Exmo. Governador do Estado e ao Exmo. Secretário de Estado da Saúde, que se torne obrigatório no Estado do Paraná a realização do exame de DNA para detecção da mutação responsável pela incidência do tumor de córtex adrenal em crianças do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 307/09, de autoria do Deputado Péricles de Mello, constante do expediente, propondo à Exma. Secretária de Estado da Educação, a reforma e ampliação da cantina/refeitório da Escola Estadual Professor Leandro Manoel da Costa, do Município de Piraí do Sul. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicações nºs 308 e 310/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, constantes do expediente, propondo ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Estado da Educação, atenção especial à necessidade de ônibus escolar para os respectivos Municípios: Mariluz e Porecatu. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 309/09, de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente, propondo ao Exmo. Governador do Estado e à Secretária de Estado da Educação, atenção especial à necessidade de construção de uma quadra coberta no Colégio Estadual Princesa Isabel, no Município de Três Barras. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 311/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Governador do Estado, a aquisição de equipamentos odontológicos e medicamentos para implantação de assistência odontológica e atendimento à população do Município de Mariluz. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 312/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Governador do Estado, reforma da cobertura do Centro de Educação Infantil Cristo Rei, no Município de Sarandi. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Deputados Pedro Ivo, Alexandre Curi e Tadeu Veneri, constante do expediente.

Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Mauro Moraes, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1292, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, justificando sua ausência das Sessões Plenárias dos dias 17 e 18 de fevereiro do corrente ano, por motivos de saúde. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 1293, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, justificando sua ausência das Sessões Plenárias dos dias 10 e 18 do corrente mês, sendo que no dia 10 visita a órgãos municipais com Vereadores do interior e no dia 18 visita a Prefeitura de São Paulo. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 1291, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, constante do expediente, justificando sua ausência das Sessões Plenárias no período de 30 de março a 21 de abril do corrente ano, devido a viagem à Itália onde serão feitas visitas aos órgãos ambientais, sem ônus para este Poder. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento nº 1288, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, constante do expediente, solicitando que seja marcada Sessão Extraordinária, logo após a Sessão Ordinária, com a diminuição de interstício. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 063/09, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de utilidade pública a Associação Parceiros da Saúde de Santo Antonio da Platina. Com sede e foro na comarca de Santo Antônio da Platina. **Aprovada. (Publ. no DA nº 013/09, de 04/03/09, em Projetos de Lei).**

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 687/07, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 600/07, que altera dispo-

sitivos da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná, com extinção de serviços distritais. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DE PLENÁRIO, APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 039/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 002/09, que objetiva abertura de crédito especial no valor de R\$ 39.620.000,00 (trinta e nove milhões, seiscentos e vinte reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado de Obras Públicas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO. COM EMENDA DA CF, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO, NA FORMA DA SUB-EMENDA DA CCJ. **Aprovadas as emendas.**

2ª Discussão

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 725/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, que institui no Estado do Paraná o Dia Estadual da Política Federal, como sendo a data de 08 de março. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

O SR. NEY LEPREVOST (PP)

Sr. Presidente, só para uma correção. O texto, na pauta distribuída, está equivocado, é Dia Estadual da Polícia Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Lucas)

Com parecer favorável e emenda da CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda da CCJ. **Aprovada.**

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 545/07, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 044/08, que cria, na Polícia Militar do Estado do Paraná, a Medalha de Honra ao Mérito Escolar, Prêmio Capitão João Alves da Rosa Filho. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 079/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 009/09, que propõe reajuste anual dos valores dos pisos salariais do Paraná a vigorar a partir de 1º de maio de 2009. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF.

Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 01, AO PROJETO DE LEI Nº 079/09

A presente emenda aditiva ao Projeto de Lei nº 079/09, de autoria do Poder Executivo, conforme Mensagem nº 009/09, tem por objetivo acrescentar à redação original da Proposição um novo artigo a ser numerado como artigo 4º, conforme redação a seguir, renumerando-se os artigos 4º e 5º originais, como artigos 5º e 6º, respectivamente.

Art. 4º Fica assegurado a todo servidor público estadual, civil e militar vencimento básico e soldo, respectivamente, igual ou superior ao piso salarial previsto no inciso I, do artigo 1º desta lei.

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(aa) LUIZ CARLOS MARTINS, VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO, RIBAS CARLI FILHO, RENI PEREIRA, MARCELO RANGEL, PASTOR EDSON PRACZYK, PLAUTO MIRÓ, CIDA BORGHETTI, DOUGLAS FABRÍCIO, ANTONIO BELINATI, NEY LEPREVOST E ELIO RUSCH.

JUSTIFICATIVA:

Considerando que o vencimento básico do servidor civil e o soldo do servidor militar, é parâmetro para o cálculo de algumas vantagens atreladas ao seu vencimento, importante garantir-lhes o piso mínimo compatível com o do trabalhador da iniciativa privada.

Ficará assim expreso na lei o direito que já é reconhecido e assegurado constitucionalmente aos servidores civis e militares, conforme previsão dos artigos 7º, VII e 39 parágrafo 3º da Constituição Federal e 45, parágrafo 12 da CE.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE Nº 02

Fica acrescido parágrafo único ao artigo 2º do Projeto de Lei nº 079/09, com a seguinte redação:

“Art. 2º ...

Parágrafo Único. Fica concedido um reajuste de 14,9% (quatorze vírgula nove por cento) aos vencimentos básicos dos policiais civis e militares, ativos e inativos, do Estado do Paraná.”

Sala das Sessões, em 31/03/09.

(a) MAURO MORAES.

Apoaimento:

Antonio Belinati, Reni Pereira, Ademar Traiano, Carlos Simões, Pastor Edson Praczyk, Elio Rusch e Cida Borghetti.

O projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 090/09, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção a Maternidade, Infância, Idoso e a Família de Ibema - APMIF, com sede e foro no Município de Ibema. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ.

Em votação o projeto, ressalvada a emenda. **Aprovado, artigo por artigo.** Em votação a emenda. **Aprovada.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 091/09, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que declara de utilidade pública a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis Novo Amanhecer, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

Requerimentos

Requerimento nº 1219, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

Para encaminhar, com a palavra o Deputado Luiz Claudio Romanelli.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Nós encaminhamos favoravelmente, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Lucas)

Está em votação. **Aprovado.**

Requerimento nº 1242, de autoria o Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Retirado pelo autor.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Sr. Presidente, para encaminhar.

(Assentimento)

Sr. Presidente, entendo que o Deputado Jocelito formula um requerimento para fazer comparativos entre os investimentos que recebeu o Município de Ponta Grossa, com as demais Cidades do mesmo porte de Ponta Grossa, como Maringá, Londrina, Foz do Iguaçu e Cascavel. Agora, o que me preocupa nesse requerimento de pedido de informações?

É que embora eu até compreenda o que pretende o Parlamentar, temos que reconhecer que há uma grande subjetividade quando se analisa a questão que envolve Saúde. Então, os investimentos feitos em 2006, 2007, 2008 e 2009, cujo exercício vai fechar no dia 31 de dezembro, entendo que é muito difícil coletar os dados de 2009. Além do que, vejam as áreas que ele especifica: Saúde, Educação, incluído aí o ensino fundamental, médio e superior, transportes, Segurança Pública, obras

públicas, agricultura e desenvolvimento urbano. São extremamente amplos esses temas.

Sinceramente, tenho minhas dúvidas e até gostaria de ouvir do autor, Deputado Jocelito, para que pudéssemos obter o resultado pretendido que esse requerimento deveria ser melhor especificado, sob o risco de não conseguirmos ter uma resposta precisa em relação àquilo que pretende e que entendo até que é muito interessante, que é demonstrar que Ponta Grossa foi discriminada de forma positiva, ou seja, não tenho dúvidas que Ponta Grossa é uma Cidade que recebeu grandes investimentos do Governo do Estado, mas para poder obter esse resultado, entendo que esse requerimento deveria ser melhor formulado. Mas, fica o juízo de valor do Deputado proponente, Jocelito Canto. A minha tendência é aprovar o requerimento, mas entendo que haverá necessidade até de ouvir do autor se ele reformula, ou se mantém o requerimento assim mesmo.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, para encaminhar.

(Assentimento)

Sr. Presidente, na verdade, Deputado Romanelli, acho que cometi um equívoco no requerimento, porque na verdade queremos fazer uma comparação de investimentos, porque há um movimento em Ponta Grossa que quer saber os números dos últimos anos, discutindo que Ponta Grossa recebeu menos em relação às outras Cidades. V. Exa. tem toda razão.

Sr. Presidente, peço para retirar esse requerimento. Vou reformular amanhã e vou fazer um comparativo com os oito anos do Governo Jaime Lerner e os anos do atual Governo. Vou retificar esse requerimento amanhã, para que o fórum comandado pelo Dr. Osvaldo Solveque, que é do Ministério Público Federal, possa ter esses dados na mão para que possamos fazer uma avaliação do que veio para a região de Ponta Grossa nos últimos anos e que veio para as outras regiões.

Por isso, solicito a V. Exa. a retirada do requerimento e amanhã apresentarei um outro requerimento com os oito anos do Jaime Lerner e os oito anos do Roberto Requião.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Lucas)

Retirado o requerimento do Deputado Jocelito Canto.

Requerimento nº 1298, de autoria do Deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.**

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB) (Para Encaminhar)

Embora o autor do requerimento faça pré-julgamento em relação a alguns temas, não tenho dúvida que a resposta será reveladora em relação aos índices de criminalidade de Curitiba e Região Metropolitana. E entendo que

devemos aprofundar esse debate e identificar, de fato, quais são os números verdadeiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

Em votação o requerimento do Deputado Edson Strapasson. **Aprovado.**

Requerimentos nºs 1229 a 1231, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1232, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1233, de autoria do Deputado Stephanes Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1234, de autoria do Deputado Ribas Carli Filho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1236, de autoria do Deputado Pedro Ivo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1243, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1244, de autoria do Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1245, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimento nº 1246, de autoria do Deputado Luiz Eduardo Cheida, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 1247 a 1258, 1260 a 1262, 1266 a 1272, 1276 a 1281, de autoria do Deputado Plauto Miró, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1282 e 1283, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1289, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1290, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1296, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1300, de autoria do Deputado Ney Leprevost e Marcelo Rangel, com apoio dos Deputados Ribas Carli Filho, Dr. Batista, Teruo Kato, Stephanes Júnior e Tadeu Veneri, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Ordinária, marcando uma Sessão Extraordinária para logo após o término da presente, conforme requerimento aprovado de autoria do Sr. Deputado Jonas Guimarães, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei as 687/07 e 039/09.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 725/07 e 090/09.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 047/08.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 060/09.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 002/09.

Marco ainda, uma Sessão Ordinária, para quarta-feira dia 01 de abril, à hora regimental, com a seguinte

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 725/07, 545/08, 090 e 091/09.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 047/08.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 060/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 836/07 e 515/08.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissões

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 72ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 491/07 e 043/07, 042/08 e 330/08 (anexados), que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr.

Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 73ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 649/07, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 74ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 140/08, 231/98, 348/08, 406/98 e 407/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 75ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportu-

nidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 183/08, 200/08, 360/08, 389/08 e 408/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 76ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 448/08, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 77ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezessete dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Ademar Traiano apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 014/08 e 411/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaio Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 78ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezenove dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a

Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati apresentou redação final aos Projetos de Lei n°s 084/08, 381 e 420/08 e ao Projeto de Resolução n° 021/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 79ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Plauto Miró. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati apresentou redação final aos Projetos de Lei n°s 333/08, 385/08 e 446/08 e ao Projeto de Resolução n° 016/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) PLAUTO MIRÓ - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Teruo Kato. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati apresentou redação final ao Projeto de Lei n° 465/08, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) TERUO KATO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 81ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Professor Luizão. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati apresentou redação final ao Projeto de Lei n° 201/08, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) PROFESSOR LUIZÃO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 82ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Teruo Kato. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Ademar Traiano apresentou redação final ao Projeto de Lei n° 370/08, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) TERUO KATO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 83ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Teruo Kato. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati apresentou redação final aos Projetos de Lei n°s 126/08, 317/08, 409/08, 428/08, e 461/08 e Deputado Professor Luizão relatou o Projeto de Lei n° 180/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e

aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) TERUO KATO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 84ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de dezembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Teruo Kato. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Antonio Belinati apresentou redação final aos Projetos de Lei n°s 218/08, 464/08 e 491/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) TERUO KATO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 85ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei n°s 508/07 e 719/07, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 86ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Ribas Carli Filho. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei n°s 789/07, 266/08 e 153/08, que foram aprovadas sem

observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) RIBAS CARLI FILHO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 87ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei n°s 427/08, 776/07, 374/08, 800/07 e 390/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 91ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei n°s 776/07, 800/07, 392/08, 427/08, 475, 07, 354/08, 393/08, 402/08, 470/08, 005/08 e 391/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA ATA DA 88ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a

Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei n.ºs 206/08, 257/08, 417/08, 519/08 e 524/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 89ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei n.ºs 052/08, 271/08, 320/08, 436/08 e 466/08, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 90ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos onze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e nove, na sala de reuniões das comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Stephanes Júnior. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, passando em seguida para a Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Teruo Kato apresentou redação final aos Projetos de Lei n.ºs 248/08 e 535/08 e ao Projeto de Resolução n.º 001/09, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da comissão, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

Orçamento

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de março do ano de 2009, reuniu-se na sala de reunião das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Orçamento, sob a presidência do Sr. Deputado Nereu Moura, com as presenças da Sra. Deputada Beti Pavin e dos Srs. Deputados Waldyr Pugliesi, Duílio Genari, Douglas Fabrício e Professor Lemos, membros da comissão. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n.º 471/08, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi. Relatora: Deputada Beti Pavin. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença da Sra. e dos Srs. Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Ana Beatriz S. do Prado, secretária da comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) NEREU MOURA - Presidente
Ana Beatriz S. do Prado - Secretária

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de 2009, reuniu-se na sala de reunião das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Orçamento, sob a presidência do Sr. Deputado Nereu Moura, com as presenças da Sra. Deputada Beti Pavin e dos Srs. Deputados Waldyr Pugliesi e Duílio Genari, membros da comissão. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei n.º 039/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 02/09. Relatora: Deputada Beti Pavin. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença da Sra. e dos Srs. Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Ana Beatriz S. do Prado, secretária da comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) NEREU MOURA - Presidente
Ana Beatriz S. do Prado - Secretária

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA
ATA DA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de março do ano de 2009, reuniu-se na sala de reunião das comissões da Assembleia Legis-

lativa do Estado do Paraná, a Comissão de Orçamento, sob a presidência do Sr. Deputado Nereu Moura, com as presenças da Sra. Deputada Beti Pavin e dos Srs. Deputados Ademar Traiano e Duílio Genari, membros da comissão. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 060/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 07/09. Relatora: Deputada Beti Pavin. Parecer FAVORÁVEL - APRO-

VADO. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradeceu a presença da Sra. e dos Srs. Deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, lavrei a presente ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Sr. Presidente e por mim, Ana Beatriz S. do Prado, secretária da comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) NEREU MOURA - Presidente
Ana Beatriz S. do Prado - Secretária



SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 027

3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva.....	43
Presenças.....	43
Abertura da Sessão	43

Ordem do Dia:

Discussão/Votação

Redação Final..... 43

3ª Discussão 51

2ª Discussão 51

1ª Discussão 51

Discussão Única (Proposição)... 53

Encerramento da Sessão 54

DIÁRIO Nº 027

3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 16ª LEGISLATURA ATA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 31 DE MARÇO DE 2009

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Felipe Lucas, secretariado pelos Srs. Deputados Fernando Scanavaca e Jonas Guimarães.

Presenças:

Às dezessete horas e trinta minutos, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scanavaca, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Nereu Moura, Ney Leprevost, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró,

Professor Lemos, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato e Waldyr Pugliesi (51).

Ausentes os Srs. Deputados: Caíto Quintana e Fábio Camargo (02).

Ausente com justificativa o Sr. Deputado Osmar Bertoldi (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão Extraordinária, conforme requerimento aprovado na Sessão anterior, de autoria do Sr. Deputado Jonas Guimarães.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2ª SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (**Felipe Lucas**)

Não há expediente a ser lido e nem oradores inscritos no Pequeno e Grande Expediente.

Ordem do Dia:

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Redação Final

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 687/07, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 600/07, que altera dispositivos da Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03 - Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado

do Paraná, com extinção de serviços distritais. **Apro-
vada.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 687/07
A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam extintos, à medida que vagarem, do Anexo III, Tabela 1 - Composição das Comarcas e seus Distritos Judiciários - Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, do Anexo III - Tabela 2 - Composição das Comarcas e seus Distritos Judiciários - Demais Comarcas e do Anexo IV - Composição do Foro Judicial e Foro Extrajudicial por Comarca, do Código de Organização e Divisão Judiciárias - Lei Estadual nº 14277, de 30/12/03, os seguintes Serviços Distritais:

I - Cachoeira de São José, do Foro Regional de São José dos Pinhais, da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba;

II - Arapuan, do Município de Janiópolis, da Comarca de Campo Mourão;

III - Água Azul, da Comarca da Lapa;

IV - Herveira, do Município de Nova Laranjeiras, da Comarca de Laranjeiras do Sul;

V - Pérola Independente, da Comarca de Palotina.

Art. 2º Ficam incluídos no Anexo IX - Tabela 7 - Extinção de Serviços Distritais após Vacância, do

Código de Organização e Divisão Judiciárias, os Serviços Distritais referidos no artigo 1º desta lei, bem como os Serviços Distritais de Guaragi e Itaiacóca da Comarca de Ponta Grossa, estes previstos no artigo 2º da Lei nº 15244, de 05 de setembro de 2006, onde consta como tabela 6.

Art. 3º Fica alterado o parágrafo único, do artigo 21 da Lei nº nº 16023, de 19/12/08, que passa a vigorar com a seguinte redação.

“Art. 21 ...

Parágrafo Único. A inção proposta no *caput* deste artigo, não alcançará os cargos as respectivas escritanias, os ofícios e as titularidades previstos no artigo 199 e incisos e artigo 123, incisos II e XVI, da Lei nº 14277, de 2003, que estejam vagos e cujos concursos para ingresso tenham sido abertos em data anterior à publicação desta lei.”

Art. 4º Fica alterada a inicial do cargo de Eletrotécnico constante da tabela “Grupo Intermediários” do Anexo II da Lei nº 15951, de 24/09/08, passando de C1 para B1.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 31/03/09.

(aa) STEPHANES JÚNIOR - Presidente

TERUO KATO - Relator

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277 DE 30/12/03 COMPOSIÇÃO DAS COMARCAS E SEUS DISTRITOS JUDICIÁRIOS - COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA ANEXO III - TABELA 1					
Nº	COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA	Nº	Sede/Serviço Distrital Município	Nº	Serviço Distrital Não Município
	COMARCA/FORO				

1	Comarca da Região Metropolitana de Curitiba				
	XII Foro Regional de São José dos Pinhais	20	São José dos Pinhais	28	Cachoeira de São José (*)
				29	Campo Largo da Roseira
				30	Colônia Murici
				31	Borda do Campo de São Sebastião
				32	São Marcos
		21	Tijucas do Sul		

LEGENDA

(*) Distritos Judiciários que serão extintos após vacância.

ANEXO DO ANTEPROJETO DE LEI PARA EXTINÇÃO DE SERVIÇOS DISTRITAIS PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI N° 14277 DE 30/12/03 COMPOSIÇÃO DAS COMARCAS E SEUS DISTRITOS JUDICIÁRIOS - DEMAIS COMARCAS - ANEXO III - TABELA 2					
N°	COMARCA	N°	Sede/Serviço Distrital Município	N°	Serviço Distrital Não Município
20	Campo Mourão		Campo Mourão	50	Piquirivaí
			Farol		
			Luiziana		
			Janiópolis	51	Arapuan (*)
68	Lapa		Lapa	100	Água Azul (*)
			Contenda	101	Catanduva do Sul
69	Laranjeiras do Sul		Laranjeiras do Sul		
			Porto Barreiro		
			Nova Laranjeiras	102	Herveira (*)
				103	Guaraní
				104	Rio do Prata (*)
			Rio Bonito do Iguaçu		
			Marquinho		
93	Palotina		Palotina	138	Pérola Independente (*)
			Maripá		
104	Ponta Grossa		Ponta Grossa	145	Guaragi (*)
				146	Itaiacóca (*)
				147	Piriquitos
				148	Uvaia
122	São Jerônimo da Serra		São Jerônimo da Serra	163	São João do Pinhal
				164	Terra Nova (*)
LEGENDA (*) Distritos Judiciários que serão extintos após vacância.					

ANEXO DO ANTEPROJETO DE LEI PARA EXTINÇÃO DE SERVIÇOS DISTRITAIS PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI N° 14277 DE 30/12/03 COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA - ANEXO IV	
	CAMPO MOURÃO - Comarca de Entrância Intermediária
	FORO JUDICIAL
	1ª Vara Cível
	2ª Vara Cível
	1ª Vara Criminal
	2ª Vara Criminal

ANEXO DO ANTEPROJETO DE LEI PARA EXTINÇÃO DE SERVIÇOS DISTRITAIS PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277 DE 30/12/03 COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA - ANEXO IV	
	Vara da Infância e da Juventude, Família, Registro Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial
(2)	Juizado Especial Cível e Criminal
	Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
	FORO EXTRAJUDICIAL
	1º Tabelionato de notas
	2º Tabelionato de notas
	1º Tabelionato de protesto de títulos, acumulando, precariamente, o serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas
	2º Tabelionato de protesto de títulos
	1º Serviço de registro de imóveis
	2º Serviço de registro de imóveis
	Serviço de registro civil das pessoas naturais e 3º Tabelionato de notas
	SERVIÇO DISTRITAL
	Serviço distrital de Farol
	Serviço distrital de Luiziana
	Serviço distrital de Janiópolis
	Serviço distrital de Piquirivaí
(1)	Serviço distrital de Arapuan
	LAPA - Comarca de Entrância Intermediária
	FORO DISTRITAL
	Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial
	Vara Criminal da Infância e da Juventude e Família
(2)	Juizado Especial Cível e Criminal
	Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
	FORO EXTRAJUDICIAL
	Tabelionato de notas, acumulando, precariamente, o Tabelionato de protesto de títulos
	Serviço de registro de imóveis
	Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente, o serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas
	SERVIÇO DISTRITAL
(1)	Serviço distrital de Água Azul
	Serviço distrital de Catanduva do Sul
	Serviço distrital de Contenda
	LARANJEIRAS DO SUL - Comarca de Entrância Intermediária
	FORO JUDICIAL

ANEXO DO ANTEPROJETO DE LEI PARA EXTINÇÃO DE SERVIÇOS DISTRITAIS PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277 DE 30/12/03 COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA - ANEXO IV	
	Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial
	Vara Criminal da Infância e da Juventude e Família
	Juizado Especial Cível e Criminal
	Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
	FORO EXTRAJUDICIAL
	Tabelionato de notas, acumulando, precariamente, o Tabelionato de protesto de títulos,
	Serviço de registro de imóveis
	Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente, o serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas
	SERVIÇO DISTRITAL
	Serviço distrital de Guarani
(1)	Serviço distrital de Herveira
	Serviço distrital de Marquinho
	Serviço distrital de Nova Laranjeiras
	Serviço distrital de Porto Barreiro
	Serviço distrital de Rio Bonito do Iguaçu
(1)	Serviço distrital de Rio da Prata
	PALOTINA - Comarca de Entrância Intermediária
	FORO JUDICIAL
	Vara Cível, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial
	Vara Criminal da Infância e da Juventude e Família
	Juizado Especial Cível e Criminal
	Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
	FORO EXTRAJUDICIAL
	Tabelionato de notas, acumulando, precariamente, o Tabelionato de protesto de títulos
	Serviço de registro de imóveis
	Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas
	SERVIÇO DISTRITAL
	Serviço distrital de Maripá
(1)	Serviço distrital de Pérola Independente
	PONTA GROSSA - Comarca de Entrância Final
	FORO JUDICIAL
	1ª Vara Cível
	2ª Vara Cível

ANEXO DO ANTEPROJETO DE LEI PARA EXTINÇÃO DE SERVIÇOS DISTRITAIS PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277 DE 30/12/03 COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA - ANEXO IV	
	3ª Vara Cível
	4ª Vara Cível
	1ª Vara Criminal
	2ª Vara Criminal
	3ª Vara Criminal
	1ª Vara de Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial
	2ª Vara de Família e Acidentes do Trabalho
	Vara da Infância e da Juventude
	Vara de Execuções Penais e Corregedoria dos Presídios
(2)	1º Juizado Especial Cível
(2)	2º Juizado Especial Cível
(2)	Juizado Especial Criminal
	Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
	FORO EXTRAJUDICIAL
	1º Tabelionato de notas
	2º Tabelionato de notas
	3º Tabelionato de notas
	4º Tabelionato de notas
	1º Tabelionato de protesto de títulos
	2º Tabelionato de protesto de títulos
	1º Serviço de registro de imóveis
	2º Serviço de registro de imóveis
	3º Serviço de registro de imóveis
	1º Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente o 1º Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas
	2º Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente o 2º Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas
	SERVIÇO DISTRITAL
(1)	Serviço distrital de Guaragi
(1)	Serviço distrital de Itaiacóca
	Serviço distrital de PiriQUITOS
	Serviço distrital de Uvaia
	SÃO GERÔNIMO DA SERRA - Comarca de Entrância Inicial
	FORO JUDICIAL
	Juízo Único
	Juizado Especial Cível e Criminal

ANEXO DO ANTEPROJETO DE LEI PARA EXTINÇÃO DE SERVIÇOS DISTRITAIS PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277 DE 30/12/03 COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA - ANEXO IV	
	Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
	FORO EXTRAJUDICIAL
	Tabelionato de notas, acumulando, precariamente, o Tabelionato de protesto de títulos
	Serviço de registro de imóveis
	Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas
	SERVIÇO DISTRITAL
	Serviço distrital de Santa Cecília do Pavão
	Serviço distrital de Nova Santa Bárbara
	Serviço distrital de São João do Pinhal
(1)	Serviço distrital de Terra Nova
	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS - Foro Regional da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Entrância Final
	FORO JUDICIAL
	1ª Vara Cível
	2ª Vara Cível
	3ª Vara Cível
	1ª Vara Criminal
	2ª Vara Criminal
	Vara da Infância e da Juventude
	Vara de Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial
(2)	1º Juizado Especial Cível
(2)	2º Juizado Especial Cível
(2)	Juizado Especial Criminal
	Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público
	FORO EXTRAJUDICIAL
	1º Tabelionato de notas, acumulando, precariamente, o 1º Tabelionato de protesto de títulos
	2º Tabelionato de notas
	2º Tabelionato de protesto de títulos
	1º Serviço de registro de imóveis
	2º Serviço de registro de imóveis
	Serviço de registro civil das pessoas naturais, acumulando, precariamente, o Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas
	SERVIÇO DISTRITAL
	Serviço distrital de Tijucas do Sul
(1)	Serviço distrital de Cachoeira de São José
	Serviço distrital de Campo Largo da Roseira

ANEXO DO ANTEPROJETO DE LEI PARA EXTINÇÃO DE SERVIÇOS DISTRITAIS PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS - LEI Nº 14277 DE 30/12/03 COMPOSIÇÃO DO FORO JUDICIAL E FORO EXTRAJUDICIAL POR COMARCA - ANEXO IV	
	Serviço distrital de Colônia Murici
	Serviço distrital de Borda do Campo de São Sebastião
	Serviço distrital de São Marcos
(1) = SERVENTIA PARA EXTINGUIR NA VACÂNCIA	
(2) = JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E/OU CRIMINAL COM UNIDADE ADMINISTRATIVA PRÓPRIA E UM CARGO DE JUIZ	

SERVIÇOS DISTRITAIS	MUNICÍPIO	COMARCA
CACHOEIRA DE SÃO JOSÉ	SÃO JOSÉ DOS PINHAIS	REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA
ARAPUAN	JANIÓPOLIS	CAMPO MOURÃO
ÁGUA AZUL	LAPA	LAPA
HERVEIRA	NOVA LARANJEIRAS	LARANJEIRAS DO SUL
PÉROLA INDEPENDENTE	PALOTINA	PALOTINA
TERRA NOVA	SÃO JERÔNIMO DA SERRA	SÃO JERÔNIMO DA SERRA
GUARAGI	PONTA GROSSA	PONTA GROSSA
ITAIACÓCA	PONTA GROSSA	PONTA GROSSA

ANEXO III (Altera o Anexo II da Lei nº 11719/97, com as modificações posteriores) ANEXO II DESLOCAMENTO NA CARREIRA GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR		
CARGOS	INICIAL	FINAL
Assessor Jurídico	E9	F9
Administrador	D9	E9
Analista de Sistema	D9	E9
Arquiteto	D9	E9
Assistente Social	D9	E9
Bibliotecário	D9	E9
Contador	D9	E9
Dentista	D9	E9
Economista	D9	E9
Engenheiro	D9	E9
Estatístico	D9	E9
Jornalista	D9	E9

ANEXO III (Altera o Anexo II da Lei nº 11719/97, com as modificações posteriores) ANEXO II DESLOCAMENTO NA CARREIRA GRUPO OCUPACIONAL SUPERIOR		
Médico	D9	E9
Programador de Computador	D9	E9
Psicólogo	D9	E9
GRUPO INTERMEDIÁRIO		
CARGOS	INICIAL	FINAL
Auxiliar de Enfermagem	B1	D8
Desenhista	C1	D8
Eletrotécnico	B1	D8
Mecânico	B1	D8
Oficial Judiciário	A8	D8
Técnico em Computação	C1	D8
Técnico Judiciário	A8	D8

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 039/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 002/09, que objetiva abertura de crédito especial no valor de R\$ 39.620.000,00 (trinta e nove milhões, seiscentos e vinte reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado de Obras Públicas. **Aprovada. (Publ. no DA nº 009/09, de 17/02/09, em Mensagens).**

3ª Discussão**ITEM 03**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 725/07, de autoria do Deputado Ney Leprevost, fica instituído no Estado do Paraná o Dia Estadual da Polícia Federal, como sendo a data de 08 de março. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DE PLENÁRIO, APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 090/09, de autoria do Deputado Nereu Moura, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade, Infância, Idoso e à Família de IBEMA - APMIF, com sede e foro no Município de IBEMA. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA DA CCJ. APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

2ª Discussão**ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 047/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 107/08, que altera as delimitações das circunscrições dos 1º e 2º serviços de registro de imóveis da Comarca de Pato Branco. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM EMENDA DA CCJ.

Está em votação o projeto, ressalvada a emenda, Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação a emenda da CCJ. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada.**

1ª Discussão**ITEM 06**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 060/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 07/09, que dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de R\$ 402.000,00 ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Saúde. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovada. (Publ. no DA nº 012/09, de 03/03/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 060/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto epigrafado tem por objetivo abrir crédito

especial ao orçamento vigente do Estado do Paraná, para que se continue a prestação de serviços na Unidade de Endocrinologia Pediátrica do HU/UFPR.

Fundamentação

Preliminarmente, acerca da competência para legislar em matéria concernente ao orçamento, dispõe a Constituição Federal no seu artigo 24. II:

Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: (...)

II - orçamento

Outrossim, no que tange a legitimidade, podemos verificar a adequação do proponente às normas pertinentes, nesse ponto, transcreve-se da Constituição do Estado do Paraná:

Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão: (...)

II - as diretrizes orçamentárias anuais;

III - os orçamentos anuais (...)

§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá: (...)

VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado.

Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembleia Legislativa (grifo nosso)

Nesse sentido, verifica-se a possibilidade do proponente em iniciar o processo legislativo.

Trata-se de projeto de lei, de autoria do Governador do Estado, que objetiva aprovar a abertura de crédito adicional, nos termos do artigo 41, II da Lei Federal nº 4320 de 1964:

Art. 40 São créditos adicionais, as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;

II - especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;

III - extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Art. 42. Os créditos suplementares especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

(...)

Art. 46. O ato que abrir crédito adicional indicará a importância, a espécie do mesmo e a classificação da despesa, até onde for possível.

Nesse sentido, inobstante a legitimidade, cumpre salientar que a dispensa dos créditos em apreço poderá implicar em um impacto na expectativa de receita,

motivo pela qual, nos termos da Lei Complementar nº 101/00, é patente a necessidade da apresentação da estimativa do impacto econômico que a pretendida renúncia de receita pode gerar.

Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na lei de diretrizes orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:

I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária na forma do artigo 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da lei de diretrizes orçamentárias;

(...)".

Destarte, da análise do projeto de lei com as exigências mencionadas e, ainda, tendo-se em conta o encaminhamento dos referidos documentos, observa-se que o projeto atendeu os requisitos necessários até o presente momento, razão pela qual encontra total respaldo jurídico-constitucional para prosseguir sua regular tramitação.

Por fim, quanto à técnica legislativa, releva notar que o presente projeto está de acordo com o que preceitua a Lei Complementar nº 095/98.

Conclusão

Portanto, devido ao respeito aos aspectos constitucionais e legais, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 30/03/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 060/09

P A R E C E R :

O presente Projeto de Lei nº 060/09, de autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 007/09, que dispõe sobre a abertura de crédito especial no valor de R\$ 402.000,00 (quatrocentos e dois mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Saúde, aprovado pela Lei Estadual nº 16032, de 29/12/08, visando atender despesas com a aquisição do imóvel situado nesta Capital, objetivando a continuidade dos serviços instalados na Unidade de Endocrinologia Pediátrica do HC/UFPR.

Fundamentação

Esta Comissão chamada a se pronunciar, através dessa relatoria e de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, verifica não existir nenhum impedimento quanto a sua aprovação devido estar o mesmo em conformidade com legislação vigente. Esclarecendo ainda, que os recursos para a cobertura da referida programação são

decorrentes de cancelamento de dotações do próprio órgão.

Conclusão

Sendo assim, este relator opina favoravelmente pela aprovação do presente projeto, entendendo que o mesmo deve seguir sua normal tramitação pelos colendos órgãos desta augusta Casa de Leis, bem como, seu envio ao douto Plenário desta Casa, para a devida decisão finalística.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 31/03/09.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
PROFESSOR LEMOS - Relator

Discussão Única

ITEM 07

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 002/09, veto parcial aposto ao Projeto de Lei nº 390/08, de autoria do Poder Executivo, que dispensa os créditos tributários decorrentes da aplicação das penalidades previstas no artigo 55 da Lei nº 11580. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO. (VOTAÇÃO NOMINAL)

OF/CTL/CC nº 375/08.

Curitiba, em 19/12/08.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 317/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, combinado com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº 390/08, por considerá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

O autógrafo tem por objetivo dispensar os créditos tributários decorrentes da aplicação das penalidades previstas nos incisos XIX e XX do parágrafo 1º do artigo 55 da Lei nº 11580, de 14 de novembro de 2005, independente de ter ocorrido ou não o lançamento da infração, tendo o veto parcial aposto incidido sobre as aplicações do artigo 2º.

Todavia, na forma em que o artigo 2º do Projeto de Lei já mencionado se apresenta, é vetado por mim, vez que dispensa o recebimento de tributos que já estão sendo discutidos na via administrativa e judiciária, contrariando os interesses da administração e do povo do Paraná.

Esses os motivos que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à consideração dessa Assembleia Legislativa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 390/08, encontra-se publicado no DA nº 155/08, de 16/12/08, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO-VETO Nº 002/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 390/08, de autoria do Poder Executivo - através da Mensagem nº 028/08 - que dispensa os créditos tributários decorrentes da aplicação das penalidades previstas no artigo 55 da Lei nº 11580/96 (ICMS), foi parcialmente vetado pelo Governador do Estado do Paraná, por considerá-lo contrário ao interesse público na parte vetada.

Fundamentação

A Constituição Estadual estabelece, em seu artigo 71, que o Governador do Estado, ao julgar um processo inconstitucional, pode vetá-lo, num prazo de quinze dias, úteis, contados da data do seu recebimento.

Art. 71. Concluída a votação, a Assembleia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembleia Legislativa os motivos do veto (...) (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Conclusão

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao plenário.

Sala das Comissões, em 31/03/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

Como a votação deverá ser feita no painel, os Deputados que forem favoráveis ao veto votem com a expressão SIM, e os que forem contrários votem com a expressão NÃO.

Serão 28 para a derrubada do veto.

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, vou fazer um pequeno encaminhamento, até em virtude do desconhecimento de alguns Deputados na votação do veto. Esse projeto foi encaminhado no final do ano para cá, dispensando créditos tributários de pequena monta até R\$ 1 mil, aí isentamos até R\$ 1 mil e 500; não sei se V. Exas. lembram. E o que foi vetado foi o artigo 2º da lei, que diz na mensagem original que ficam dispensados os créditos tributários nas saídas interestaduais que tratam o Convênio de ICMS nº 003/99, portanto um convênio de mais de 10 anos, e suas

alterações. Não se atribui ao remetente paranaense a responsabilidade do pagamento, porque já estava suspenso, era o Paraná fiscalizando para outros Estados e punindo os contribuintes paranaenses, determinando a exclusão do polo passivo, inclusive os lançamentos em ofícios. E ficam dispensados os créditos tributários devidos em decorrência da legislação do imposto de venda de consignação, o IVC, que nem existe mais, do Imposto de operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre a prestação de Serviços de comunicações lançados, até 31 de julho de 2007, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, cujos valores atualizados sejam iguais ou inferiores a R\$ 1 mil, na data da publicação dessa lei.

A própria mensagem do Governador, quando mandou essa lei que isentava também cobranças de ITCMD, considerou os estudos realizados de que em casos práticos foram observadas diversas situações em que a cobrança do crédito tributário demora um longo período e acaba gerando mais despesas do que o valor a resgatar.

Então, a justificativa que a baixa recuperação desses créditos tributários, ainda tem o mérito questionável, como é o caso desses que tem resolução do CONFAZ, dizendo que já não é mais devido, é que além de ser diminuído o valor, o elevado custo administrativo de manutenção da cobrança, sem qualquer perspectivas de recebimento. Essas são as palavras da mensagem. Foi esse que foi vetado pelo Governador. É uma cobrança que os valores atualizados vão até R\$ 1 mil.

Não entendemos porquê foi vetado. O Governador, na sua justificativa, disse que vetou o artigo 2º porque dispensa recebimento de tributos que já estão sendo discutidos, administrativos e judiciais, contrariando os interesses da administração do povo. Toda lei dispensa. O restante da lei dispensa a cobrança de ITCMD, de IPVA e de uma série de outros. Inclusive, fizemos algumas emendas alternando e adequando a Lei do IPVA.

Acho que foi um daqueles momentos de equívoco. Entendo que no contexto da lei, como um todo, esse veto tem que ser derrubado, porque vai ser mais caro para o Estado do Paraná cobrar, do que o valor que efetivamente espera receber. Porque como a própria mensagem do veto diz, já estão sendo questionados esses vetos administrativa e até mesmo judicialmente.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Converso aqui com a minha bancada e não esperava este veto. Quero pedir o projeto original, porque não consta aqui justamente esse dispositivo que consta no artigo 2º, que foi vetado. Fui criticado na imprensa, tive que defender o Governo dizendo que ele quer perdoar os caloteiros. Porque a mensagem do Governo dizia exatamente isso. Sustentei que o custo administrativo da cobrança dessas importâncias, da dívida ativa, inferiores a R\$ 1 mil, administrativa ou judicialmente imposta, é antieconômica para o Estado. Foi uma discussão que

publicamente travei. A Oposição aqui criticou a mim e ao Governo, dizendo que estávamos perdendo os caloteiros.

Não consigo entender, lendo a fundamentação do veto. Não consigo entender as razões que levaram a que fosse apostado esse veto, por conta que era aquilo que pretendia o Governo. Fico em dúvida de como encaminhar a nossa bancada. Eu perguntaria à Mesa se é possível retirarmos da Ordem do Dia esse veto, para que pudéssemos nos informar melhor sobre ele. Fico em dúvida, porque defendi publicamente uma posição e eu mesmo me sinto como se estivesse desinformado em relação tema.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Lucas)

Deputado Romanelli, o projeto está em processo de votação. V. Exa. pode continuar fazendo o seu encaminhamento.

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PMDB)

Voto pela manutenção do veto, mesmo com essa profunda contradição, por conta da minha responsabilidade de líder. Como Parlamentar, sinto-me constrangido porque defendendo isso publicamente. Acho incompreensível esse veto. Muitas vezes, certamente, a área técnica, a área fazendária, promove o veto e ficamos numa situação extremamente complexa. Cada um aqui forma o seu juízo de valor sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Lucas)

Para encaminhar, Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Para Encaminhar)

Só há uma dúvida. Estava procurando entender o Deputado Romanelli, pelo que está dizendo. Na verdade, o projeto é bom, e derrubando-se o veto vai se estabelecer o que se queria no princípio, mas que houve um erro, um veto que não teria que acontecer. Só lamentamos esse constrangimento. Houve um erro, o Governo admite e vamos derrubar o veto.

O SR. PRESIDENTE (Felipe Lucas)

Encerrada a discussão.

Em votação. Deputados favoráveis ao veto, votam com a expressão SIM. Deputados contrários ao veto com a expressão NÃO.

Em votação. Encerrada a votação.

Quarenta e um votantes: 36 NÃO; 03 SIM e uma abstenção.

Está derrubado o veto.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a Sessão.